

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	3
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	6
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	7
1.5 Principais clientes	8
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	9
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	11
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	12
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	13
1.10 Informações de sociedade de economia mista	15
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	17
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	18
1.13 Acordos de acionistas	19
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	20
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	21
1.16 Outras informações relevantes	22
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	23
2.2 Resultados operacional e financeiro	32
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	36
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	38
2.5 Medições não contábeis	41
2.6 Eventos subsequentes as DFs	42
2.7 Destinação de resultados	43
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	45
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	46
2.10 Planos de negócios	47
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	48
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	49
3.2 Acompanhamento das projeções	50

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	51
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	55
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	56
4.4 Processos não sigilosos relevantes	57
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	58
4.6 Processos sigilosos relevantes	59
4.7 Outras contingências relevantes	60
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	61
5.2 Descrição dos controles internos	63
5.3 Programa de integridade	84
5.4 Alterações significativas	90
5.5 Outras informações relevantes	91
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	92
6.3 Distribuição de capital	94
6.4 Participação em sociedades	95
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	96
6.6 Outras informações relevantes	97
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	98
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	101
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	102
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	103
7.4 Composição dos comitês	112
7.5 Relações familiares	115
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	116
7.7 Acordos/seguros de administradores	117
7.8 Outras informações relevantes	118
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	119

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	120
8.3 Remuneração variável	123
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	125
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	126
8.6 Outorga de opções de compra de ações	127
8.7 Opções em aberto	128
8.8 Opções exercidas e ações entregues	129
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	130
8.10 Outorga de ações	131
8.11 Ações entregues	132
8.12 Precificação das ações/opções	133
8.13 Participações detidas por órgão	134
8.14 Planos de previdência	135
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	136
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	137
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	138
8.18 Remuneração - Outras funções	139
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)	140
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	141
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)	142
8.20 Outras informações relevantes	143
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	144
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	145
9.4 Outras informações relevantes	146
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	147
10.1 Descrição dos recursos humanos	149
10.2 Alterações relevantes	150
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	151
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	153
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	154

Índice

10.5 Outras informações relevantes	155
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	156
11.2 Transações com partes relacionadas	157
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	161
11.3 Outras informações relevantes	162
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	163
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	164
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	165
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	166
12.5 Mercados de negociação no Brasil	167
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	168
12.7 Títulos emitidos no exterior	169
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	170
12.9 Outras informações relevantes	171
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	172
13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	173
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	174
13.2 Declaração do diretor presidente	175

1.1 Histórico do emissor

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 1.1 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

BREVE HISTÓRICO DO EMISSOR

A autorização para a constituição da Sociedade foi assegurada pela Lei nº 15.714, de 28.06.2006, publicada no Diário Oficial do Estado de Goiás, em 29.06.2006, alterada pela Lei nº 16.237, de 18.04.2008, regulamentada pelo Decreto nº 6.569, de 21.11.2006.

Em 04.12.2006 foi constituída a Sociedade, sob a denominação inicial de Companhia Goiás de Participações - Goiaspar, de capital fechado e autorizado, na qualidade de empresa de economia mista, tendo o Estado de Goiás como controlador.

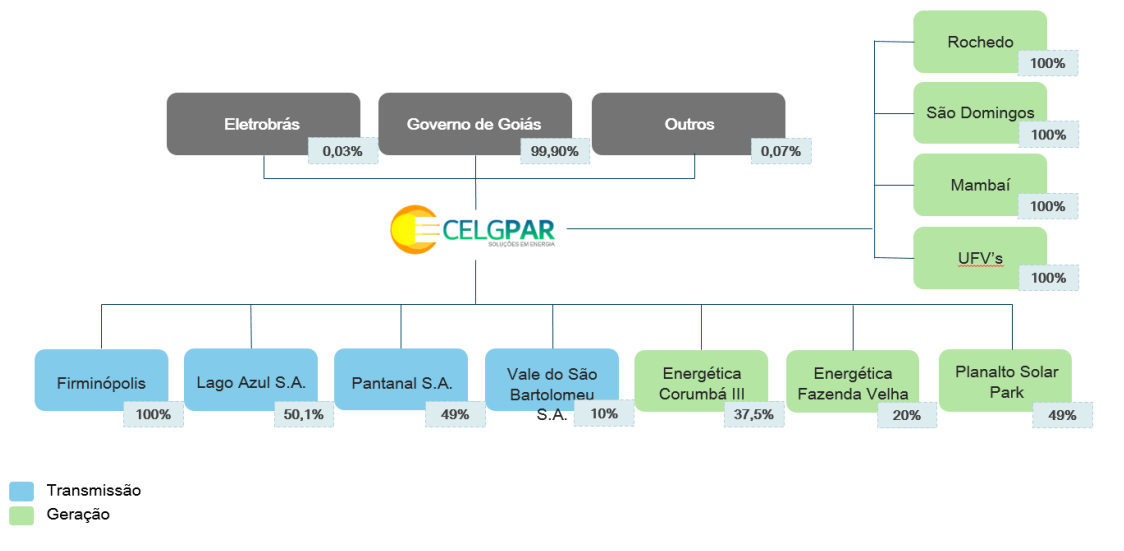
A abertura do capital da Sociedade foi deferida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por meio do OFÍCIO/CVM/SEP/RIC/Nº 012/2008, em 14.03.2008, habilitando a negociação de valores mobiliários de emissão da Sociedade na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sendo registrada na CVM sob o código 2139-3.

A alteração da denominação social para Companhia Celg de Participações - CELGPAR foi aprovada pelos acionistas na 7ª Assembleia Geral Extraordinária, de 30.04.2008, realizada concomitantemente com a 2ª Assembleia Geral Ordinária, fundamentada na autorização dada pela Lei Estadual nº 16.237/2008.

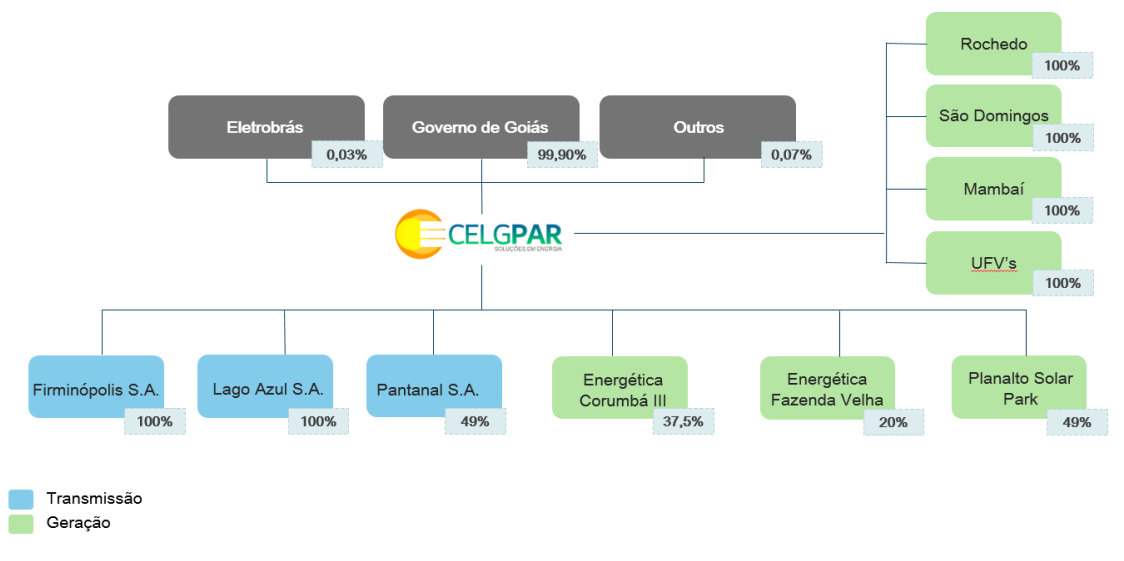
A Celgpar, até o ano de 2015, era proprietária da totalidade das ações de emissão da Celg Distribuição S.A. - CELG D, situação alterada com a troca de controle desta para a Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras e, no exercício de 2016, a desestatização desta, passando a mesma a ser controlada por empresa privada, com liquidação financeira do leilão ocorrida em fevereiro de 2017.

A Celgpar, até o encerramento do exercício social de 2021, permanecia proprietária da totalidade das ações de emissão da Celg Transmissão S.A. – Celg T, denominação atual da Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT, constituída na modalidade de subsidiária integral. Em função do processo de cisão parcial efetuado nesta subsidiária integral, na data-base de 30.09.2021, reestruturação societária decorrente do processo de desestatização desta subsidiária, a concretização da liquidação do leilão de privatização desta subsidiária em fevereiro de 2022, e a concretização do processo de aquisição do controle acionário da Firminópolis Transmissão S.A., a Celgpar apresentou, ao final de 2024, a estrutura societária abaixo:

1.1 Histórico do emissor



No entanto, já no primeiro trimestre de 2025, a Celgpar também concluiu a operação de descruzamento das participações acionárias dela na Lago Azul Transmissão S.A. e Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. e, desta forma, na data de apresentação do Formulário de Referência 2025 apresentava a seguinte estrutura societária:



1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGP
ITEM 1.2 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA****DESCREVER SUMARIAMENTE AS ATIVIDADES PRINCIPAIS
DESENVOLVIDAS PELO EMISSOR E SUAS CONTROLADAS**

A Companhia Celg de Participações - CELGP é uma sociedade por ações, constituída na modalidade de "holding", que tem como atividades: acompanhar, monitorar e controlar as suas participações societárias, atualmente, em uma subsidiária integral (sociedade por ações) exercendo, indiretamente, atividades relativas à transmissão de energia elétrica.

Com relação às participações societárias da Celgpar, seis ao total, elas se referem às participações em empreendimentos vinculados às áreas de geração e transmissão, sendo eles os seguintes e decorrentes da cisão parcial da sua subsidiária integral:

(a) Consórcio Empreendedor Corumbá III: controle de forma conjunta do Consórcio Empreendedor Corumbá III, que tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Corumbá III na qualidade Produtores Independentes de Energia. A usina encontra-se em operação comercial desde 24 de outubro de 2009, com capacidade instalada de 93,6 MW. Abaixo a distribuição do quadro societário deste Consórcio:

ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A.:						
Acionista	Ações ON	% ON	Ações PN	% PN	Total:	%
Companhia CELG de Participações-CELGP	15.198.260	25%	30.396.523	50%	45.594.783	37,5%
Companhia Energética de Brasília CEB	15.198.260	25%	30.396.523	50%	45.594.783	37,5%
Geração CIII S.A.	30.396.522	50%	-	0%	30.396.522	25%
Total	60.793.042	100%	60.793.046	100%	121.586.288	100%

(b) Energética Fazenda Velha: Valor referente à participação e aportes para futuro aumento de capital, efetuados na Energética Fazenda Velha, situada no município de Jataí – Estado de Goiás, que entrou em operação comercial em 11 de maio de 2016, destinada à comercialização de energia gerada, com potência instalada de 16,5 MW, e concessão de 35 anos. Abaixo a distribuição do quadro societário desse Empreendimento:

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

ENERGÉTICA FAZENDA VELHA S.A.:		
Acionista	Ações Ordinárias	%
Companhia CELG de Participações- CELGPAR	6.958.000	20%
Construtora Vilela e Carvalho Ltda.	6.958.000	20%
CCN- Construções e Comércio Ltda.	6.958.000	20%
Luana- Administração e Participações Ltda.	6.958.000	20%
HY Brazil Energia S.A	6.958.000	20%
Total	34.790.000	100%

(c) Pantanal Transmissão S.A.: SPE referente ao Leilão ANEEL nº 02/2013, correspondendo ao empreendimento do Lote abaixo relacionado, tendo sido constituída, em agosto de 2013, a seguinte Sociedade de Propósito Específico (SPE): Pantanal Transmissão S.A. (Lote F - 49% de participação):

- LOTE F:

SE Campo Grande II 230/138 kV, 2x150 MVA – MS, em operação comercial desde o dia 08 de junho de 2016.

A seguir é apresentada a distribuição do quadro societário deste empreendimento:

PANTANAL TRANSMISSÃO S.A.:		
Acionista	Ações Ordinárias	%
Companhia CELG de Participações- CELGPAR	39.188.474	49%
CEL Engenharia Ltda.	24.472.802	30,6%
CPLA Energia Ltda.	16.315.202	20,4%
Total	79.976.478	100%

(d) Lago Azul Transmissão S.A.: SPE referente ao Leilão ANEEL nº. 07/2013, correspondendo ao empreendimento do Lote abaixo relacionado, tendo sido constituído a Sociedade de Propósito Específico (SPE) Lago Azul Transmissão S.A., em operação comercial desde o dia 19 de setembro de 2016:

- LOTE D:

LT 230 kV Barro Alto – Itapaci – GO, C2.

A seguir é descrita a distribuição do quadro societário desse empreendimento:

LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.:		
Acionista	Ações Ordinárias	%
Companhia CELG de Participações- CELGPAR	35.156.000	100%
Total	35.156.000	100%

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

(e) SPE Firminópolis Transmissão S.A.: Referente Leilão ANEEL nº 05/2015 - Lote L, para a construção de subestações e linhas de transmissão da Rede Básica, referente à LT 230 kV Trindade – Firminópolis. Para a implantação e exploração desse empreendimento foi constituída, em fevereiro de 2016, a SPE Firminópolis Transmissão S.A., que entrou em operação comercial em 1º de março de 2019, e o quadro societário dividido da seguinte forma:

FIRMINÓPOLIS TRANSMISSÃO S.A.:		
Acionista	Ações Ordinárias	%
Companhia CELG de Participações- CELGPAR	34.696.000	100%
Total	34.696.000	100%

Por fim, a Celgpar ainda exerce, por meio de contratos de concessão, a operação das Usinas Hidrelétricas de São Domingos e Rochedo.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 1.3 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Nos últimos três exercícios sociais a Companhia Celg de Participações - CELGPAR não apresentou informações sobre os seus segmentos operacionais em suas Demonstrações Financeiras, na forma da Resolução CVM nº 103/2022, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 22.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 1.4 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Nos últimos três exercícios sociais a Companhia Celg de Participações - CELGPAR não apresentou informações sobre os seus segmentos operacionais em suas Demonstrações Financeiras, na forma da Resolução CVM nº 103/2022, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 22.

1.5 Principais clientes

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 1.5 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Os principais clientes, de forma direta ou por meio de suas participações societárias, se referem aos acessantes do SIN – Sistema Interligado Nacional, do ambiente de geração e transmissão devidamente regulado pela ANEEL. Além desses, existem os potenciais clientes vinculados aos projetos em andamento relacionados à geração fotovoltaica, em especial o atendimento aos diversos entes públicos do Estado de Goiás.

Inexistem clientes do emissor e sociedades controladas que respondam por mais de 10% das respectivas receitas líquidas.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 1.6 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

- a) **necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações.**

As autorizações governamentais para o exercício das atividades das concessões de geração e transmissão de energia elétrica, no âmbito da Celgpar, são requeridas junto ao Ministério de Minas e Energia – MME ou à Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL, por delegação do MME.

A Lei de Concessões determina as seguintes premissas e condições para a adequada prestação dos serviços de energia elétrica:

- Serviço adequado;
- Instituição e autorização de servidões;
- Anuências para mudanças no controle societário;
- Intervenção na concessão, para a adequada contraprestação do serviço público de energia elétrica;
- Extinção da concessão, com declaração de caducidade.

Neste sentido, o último ato normativo que estabeleceu as condições de renovação das concessões de geração e transmissão de energia elétrica foi a Lei nº 12.783/2013, com o objetivo, além destas condições, de assegurar possíveis redução de tarifas e estabelecimento do sistema de cotas para a alocação da energia gerada pelas usinas hidrelétricas do Sistema Interligado Nacional – SIN. Os principais termos desta lei são os seguintes, por atividade:

- **GERAÇÃO:** renovação condicionada à: a) tarifas determinadas pela ANEEL; b) comercialização de acordo com o sistema de alocação de cotas; e c) cumprimento aos padrões de qualidade exigidos pela ANEEL. Com relação ao sistema de alocação de cotas, a Celgpar questionou o mesmo no âmbito judicial, para suas duas Usinas em operação, permanecendo no aguardo da decisão;
- **TRANSMISSÃO:** renovação condicionada à redução da receita anual permitida – RAP, correspondente ao valor anual recebido pela concessionária pela prestação do serviço público de transmissão.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

b) Principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligados a questões ambientais e sociais pelo emissor

Os empreendimentos da Celgpar incorporam a componente ambiental às etapas do planejamento, projeto, construção e operação, e são elaborados e executados de acordo com a legislação e exigências dos órgãos ambientais, estaduais, municipais e federais.

A responsabilidade socioambiental e sistema de gestão integrada com foco em diretrizes sustentáveis, são tão relevantes quanto às soluções tecnológicas complexas e atuais utilizadas na implantação de seus empreendimentos, sejam eles, linhas de transmissão, usinas e subestações.

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Celgpar desenvolve as atividades de geração e transmissão de energia elétrica de acordo com os contratos de concessão firmados com a União por meio da ANEEL. Desta forma, o equilíbrio econômico-financeiro destas companhias depende da manutenção de tais concessões.

d) Contribuições financeiras, com indicações dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros

- i. Em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos: não efetuada;
- ii. Em favor de partidos políticos: não efetuada;
- iii. Para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos: não efetuada.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 1.7 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

RECEITAS RELEVANTES PROVENIENTES DO EXTERIOR

Não aplicável.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 1.8 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

EFEITOS RELEVANTES DE REGULAÇÃO ESTRANGEIRA

Não aplicável.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR
ITEM 1.9 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA****EM RELAÇÃO A INFORMAÇÕES AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE
GOVERNANÇA CORPORATIVA (ASG)**

<p>a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade:</p> <p>O emissor não divulga informações ASG</p>
<p>b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento</p> <p>O emissor não divulga informações ASG</p>
<p>c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso</p> <p>O emissor não divulga informações ASG</p>
<p>d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado</p> <p>O emissor não divulga informações ASG</p>
<p>e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor</p> <p>O emissor não divulga informações ASG</p>
<p>f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor</p> <p>O emissor não divulga informações ASG</p>
<p>g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas</p> <p>O emissor não divulga informações ASG</p>

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

<p>h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas</p> <p>O emissor não divulga informações ASG. Além disso a emissão de gases do efeito estufa não faz parte da operação do emissor.</p>
<p>i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:</p>
<p>i. a não divulgação de informações ASG</p> <p>O emissor poderá implementar a divulgação destas informações, caso as deliberações com relação à sua descontinuidade não sejam definitivamente implementadas, nos termos das deliberações ocorridas no âmbito da sua 73ª Assembleia Geral Extraordinária, de 06 de janeiro de 2025.</p>
<p>ii. a não adoção de matriz de materialidade</p> <p>vide item i;</p>
<p>iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG</p> <p>vide item i;</p>
<p>iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas</p> <p>vide item i;</p>
<p>v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas</p> <p>vide item i;</p>
<p>vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa</p> <p>vide item i;</p>

1.10 Informações de sociedade de economia mista**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGP
ITEM 1.10 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA****INFORMAÇÕES – SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA**

- a. interesse público que justificou sua criação

A CELGP, tendo o Estado de Goiás como seu principal controlador, jurisdicionada à Secretaria-Geral de Governo - SGG, foi constituída em 4 de dezembro de 2006, proveniente da segregação de ativos da Companhia Energética de Goiás, sendo criada por Escritura Pública, conforme autorização concedida pela Lei Estadual nº 15.714 de 28 de junho de 2006. A CELGP é uma Companhia por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como *holding*, participando no capital de outras sociedades dedicadas às atividades de Distribuição, Transmissão, Geração e Comercialização de energia elétrica.

- b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

- i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra “a”

Destaca-se que a Companhia concluiu as implantações das Usinas Fotovoltaicas em Anápolis e Goiânia. Aproveitando ainda a janela regulatória de Geração Distribuída (GD I), retomou as atividades da Planalto Solar Park, com a implantação de cinco usinas, totalizando 4,5 MW.

A companhia desenvolveu diversos outros trabalhos como por exemplo, o decorrente do Termo de Cooperação, atuou junto com a CEASA-GO para a implementação de um biodigestor para tratamento dos resíduos orgânicos do referido órgão e Contribuições ao Processo de Chamamento Público Nº 002/2024, promovido pela Seinfra, cujo objeto contemplou apresentação de estudos de modelagem técnica, operacional, econômico-financeira, ambiental, jurídico e plano de negócios, destinados à redução de custos com as faturas de energia

1.10 Informações de sociedade de economia mista

	<p>das jurisdicionadas Saneago e Codego.</p> <p>Para os próximos exercícios sociais, nos termos das deliberações proferidas em sua 73ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 06 de janeiro de 2025, a Companhia seguirá com as ações do plano de desestatização, que envolve a alienação das investidas e, sequencialmente o <i>Phase-Out</i> de suas operações.</p>
ii.	<p>quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições</p> <p>Todas as políticas públicas citadas no item “i” foram efetuadas com recursos próprios, haja vista a sua condição de Estatal Não Dependente do Tesouro Estadual.</p>
iii.	<p>estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas</p> <p>Não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas, porém todas as ações possuem lastro orçamentário e eram constantes dos seus planos de negócio aprovados pelas suas instâncias societárias.</p>
c.	<p>processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas</p> <p>Não aplicável.</p>

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 1.11 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE ATIVO RELEVANTE QUE NÃO SE ENQUADRE COMO OPERAÇÃO NORMAL NOS NEGÓCIOS DO EMISSOR

Não aplicável.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 1.12 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

**OPERAÇÕES DE FUSÃO, CISÃO, INCORPORAÇÃO, INCORPORAÇÃO DE
AÇÕES, AUMENTO OU REDUÇÃO DE CAPITAL ENVOLVENDO O
EMISSOR E OS DOCUMENTOS EM QUE INFORMAÇÕES MAIS
DETALHADAS POSSAM SER ENCONTRADAS**

Não aplicável para o exercício social de 2024.

1.13 Acordos de acionistas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 1.13 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

ACORDOS DE ACIONISTAS

Não aplicável.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 1.14 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NA CONDUÇÃO DOS NEGÓCIOS

Não aplicável.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 1.15 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

CONTRATOS RELAVANTES CELEBRADOS PELO EMISSOR E SUAS CONTROLADAS

Foi firmado, em 18 de abril de 2024, entre a Celgpar, na condição de CONTRATADA, e sua subsidiária integral Firminópolis Transmissão S.A., na condição de CONTRATANTE, o seguinte contrato:

OBJETO:

O **CONTRATO** tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços à **CONTRATADA** na Gestão e Administração de O&M, Econômico-financeira e de Planejamento, Contábil, Pessoas, Suprimentos, Estoque e Serviços, Jurídica, Licitações e Contratos, Tecnologia da Informação, Auditoria, o qual deve possuir equipe especializada para o desempenho das atividades de gestão para a prestação dos serviços pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**.

VALOR:

O valor estimado da é de **R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil) reais anuais**, equivalentes a **R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) mensais**.

VIGÊNCIA:

O prazo de vigência do **CONTRATO** é de **5 (cinco) anos**, configurando 60 (sessenta) meses, contados a partir de sua assinatura.

1.16 Outras informações relevantes

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 1.16 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Não aplicável.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 2.1 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

COMENTÁRIO DOS DIRETORES

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2024

Destacam-se, como fatos importantes neste exercício social, os seguintes acontecimentos: a) conclusão das implantações das Usinas Fotovoltaicas em Anápolis e Goiânia, e aproveitamento da janela regulatória de Geração Distribuída (GD I), mediante a retomada das atividades da Investida Planalto Solar Park S.A., com a implantação de cinco usinas, totalizando 4,5 MW, concluindo a implantação em 98 dias; b) conclusão da internalização da Subsidiária Integral Firminópolis Transmissão S.A. e firmamento do Contrato de Compra e Venda de Ações de forma a concretizar o descruzamento de ações envolvendo a Investida Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. e a Controlada em Conjunto Lago Azul Transmissão S.A.; e c) No contexto do processo de desestatização a Companhia direcionou esforços no atendimento ao Consórcio Estruturador para a realização e finalização das diligências jurídica, contábil, técnico-operacional, de recursos humanos e previdenciária, além da ambiental, bem como as modelagens econômico-financeiras (*valuations*) da CELGPAR e suas investidas. Em 2024 o Consórcio Estruturador apresentou a modelagem indicativa para o processo de desestatização, o que, após apreciação da Diretoria Executiva e Conselhos de Administração e Fiscal, viria a ser deliberado em nível de Assembleia Geral Extraordinária (73ª AGE, de 06 de janeiro de 2025) o modelo a ser implementado.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2023

Destacam-se, como fatos importantes neste exercício social, os seguintes acontecimentos: a) Conclusão da reestruturação organizacional da CELGPAR, objetivando a sua adequação à condição de Concessionária do Serviço Público de Energia Elétrica, com a concepção do seu Planejamento Estratégico para o quinquênio 2023-2027 e revisão do mesmo para o quinquênio 2024-2028; b) Atuação da Administração na elaboração do Plano de Negócios de 2024, com foco na equalização do seu equilíbrio operacional e resultados em patamares similares aos do exercício social anterior e captura de novas fontes de Receitas Operacionais, bem como na sua sustentabilidade e rentabilização de seus ativos; c) Realização de investimentos totais da ordem de R\$65.910 mil, sendo R\$26.640 mil na aquisição do controle acionário da investida Firminópolis Transmissão S.A., R\$36.405 mil na implantação das Usinas Fotovoltaicas instaladas em Goiânia, Anápolis e Cachoeira Dourada, R\$2.524 mil nas melhorias das Usinas Rochedo e São Domingos e R\$314 mil em outros investimentos; e d) Recepção das ações requeridas do seu acionista controlador, para eventual privatização da Celgpar e/ou alienação segregada de ativos, nos termos da Lei Estadual nº 22.286, de 26 de setembro de 2023.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2022

Destacam-se, como fatos importantes neste exercício social, os seguintes acontecimentos: a) Liquidação do leilão de desestatização da sua anterior subsidiária integral Celg Transmissão S.A. - Celg T no dia 07 de fevereiro de 2022, que culminou com a transferência efetiva do controle acionário desta subsidiária para a empresa vencedora do certame; b) Restituição dos valores aos acionistas, oriundos da liquidação do leilão de desestatização da anterior subsidiária integral, por meio de duas operações distintas: pagamento de dividendos intermediários e redução de capital; c) Reestruturação organizacional da CELGPAR, objetivando a sua adequação à condição de Concessionária do Serviço Público de Energia Elétrica, com a concepção do seu Planejamento Estratégico para o quinquênio 2023-2027; e d) Atuação da Administração na elaboração do Plano de Negócios de 2023, com foco na equalização do seu equilíbrio operacional e resultados em patamares similares aos do exercício social anterior e captura de novas fontes de Receitas Operacionais, bem como na sua sustentabilidade e rentabilização de seus ativos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

b. Estrutura de Capital

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2024

No exercício de 2024, os componentes circulantes e não circulantes de peso em relação ao endividamento da Celgpar se referem aos empréstimos e financiamentos, impostos diferidos e obrigações sociais e trabalhistas. Abaixo a totalização dos componentes da estrutura de capital:

Total dos capitais de terceiros: R\$ 40.409 mil
Total dos capitais próprios: R\$ 783.559 mil

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2023

No exercício de 2023, os componentes circulantes e não circulantes de peso em relação ao endividamento da Celgpar se referem aos empréstimos e financiamentos, impostos diferidos e obrigações sociais e trabalhistas. Abaixo a totalização dos componentes da estrutura de capital:

Total dos capitais de terceiros: R\$ 37.934 mil
Total dos capitais próprios: R\$ 746.071 mil

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2022

No exercício de 2022, os componentes circulantes e não circulantes de peso em relação ao endividamento da Celgpar se referem aos empréstimos e financiamentos, impostos diferidos e dividendos. Abaixo a totalização dos componentes da estrutura de capital:

Total dos capitais de terceiros: R\$ 112.527 mil
Total dos capitais próprios: R\$ 617.558 mil

RESUMO DOS CAPITAIS DE TERCEIROS E PRÓPRIOS:

DESCRIÇÃO	2022 - R\$ mil	2023 - R\$ mil	2024 - R\$ mil
Capitais de Terceiros	112.527	37.934	40.409
Capitais Próprios	617.558	746.071	783.559

Hipóteses de Resgate

Não aplicável aos exercícios sociais encerrados em 31.12.2024, 31.12.2023, e 31.12.2022.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2024

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de empréstimos e financiamentos da Companhia totalizava R\$ 759 mil, sendo R\$ 632 mil referente a obrigações de curto prazo e R\$ 127 mil referente a obrigações de longo prazo.

A Dívida Líquida (excluindo-se as provisões com benefício pós-emprego, provisões para descomissionamento e tributos diferidos), em dezembro de 2024, totalizou R\$ 39.936 mil e o EBTIDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações - correspondente à geração operacional de caixa) atingiu o valor negativo de R\$ 20.727 mil, o que resultou em uma relação Dívida Líquida/EBTIDA de aproximadamente 1,93 vezes (em valores absolutos).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2023

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de empréstimos e financiamentos da Companhia totalizava R\$ 1.353 mil, sendo R\$ 595 mil referente a obrigações de curto prazo e R\$ 758 mil referente a obrigações de longo prazo.

A Dívida Líquida (excluindo-se as provisões com benefício pós-emprego, provisões para descomissionamento e tributos diferidos), em dezembro de 2023, totalizou R\$ 37.743 mil e o EBTIDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações - correspondente à geração operacional de caixa) atingiu o valor negativo de R\$ 19.648 mil, o que resultou em uma relação Dívida Líquida/EBTIDA de aproximadamente 1,92 vezes (em valores absolutos).

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2022

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de empréstimos e financiamentos da Companhia totalizava R\$ 1.878 mil, sendo R\$ 550 mil referente a obrigações de curto prazo e R\$ 1.328 mil referente a obrigações de longo prazo.

A Dívida Líquida (excluindo-se as provisões com benefício pós-emprego, provisões para descomissionamento e tributos diferidos), em dezembro de 2022, totalizou R\$ 86.430 mil e o EBTIDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações - correspondente à geração operacional de caixa) atingiu o valor negativo de R\$ 26.722 mil, o que resultou em uma relação Dívida Líquida/EBTIDA de aproximadamente 3,23 vezes (em valores absolutos).

- d. **Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

EXERCÍCIOS SOCIAIS DE 2024, 2023 E 2022

As principais fontes de financiamento para capital de giro, refletidos nos números do exercício de 2024, concentraram-se em gerações de caixa das atividades operacionais, mediante os recebimentos decorrentes das atividades de geração. Além disto, ocorreram ingressos decorrentes das atividades de investimento, especificamente às tocantes ao incremento de caixa do fluxo direto de dividendos das participações societárias da Celgpar.

- e. **Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2024, 2023 E 2022

A Companhia captará recursos por meio de contratos financeiros com instituições de grande e médio porte, quando necessário, os quais serão empregados no financiamento das necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção das disponibilidades de caixa em nível que acredita apropriado para o desempenho de suas atividades. Do ponto de vista operacional a Companhia buscará estratégias para cobertura de deficiências de liquidez mediante o fluxo futuro de dividendos de suas participações societárias, bem como através da operacionalização do recebimento de mútuo com a Celg D, cujos recebimentos iniciaram-se em 2016, e vem ocorrendo normalmente em 2022, 2023, e 2024, respectivamente.

- f. **Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**
i) **contratos de empréstimo e financiamento relevantes;**
ii) **outras relações de longo prazo com instituições financeiras;**
iii) **grau de subordinação entre as dívidas; e**
iv) **eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.**

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2024

	CELGP			
	31/12/2024	AV%	AH%	31/12/2023
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	1.168	2,89%	127,24%	514
Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.305	8,18%	0,12%	3.301
Tributos e Contribuições Sociais	1.924	4,76%	-5,87%	2.044
Empréstimos e Financiamentos (a)	632	1,56%	6,22%	595
Encargos Setoriais	76	0,19%	16,92%	65
Dívidas a Pagar	33	0,08%	-10,81%	37
Outros Passivos	34	0,08%	-15,00%	40
	7.172	17,75%	8,73%	6.596
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e Financiamentos (a)	127	0,31%	-83,25%	758
Encargos Setoriais	128	0,32%	50,59%	85
Tributos Diferidos	32.509	80,45%	7,28%	30.304
Provisão para Litígios	308	0,76%	100,00%	26
Provisão para Descomissionamento	165	0,41%	0,00%	165
	33.237	82,25%	6,06%	31.338
	40.409	100,00%	6,52%	37.934

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2023

	CELGP			
	31/12/2023	AV%	AH%	31/12/2022
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	514	1,35%	-60,73%	1.309
Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.301	8,70%	1,63%	3.248
Tributos e Contribuições Sociais	2.044	5,39%	8,38%	1.886
Empréstimos e Financiamentos (a)	595	1,57%	8,18%	550
Benefício pós-emprego	-	0,00%	-100,00%	130
Encargos Setoriais	65	0,17%	-9,72%	72
Dívidas a Pagar	37	0,10%	0,00%	37
Outros Passivos	40	0,11%	-24,53%	53
	6.596	17,39%	-9,46%	7.285
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e Financiamentos (a)	758	2,00%	-42,92%	1.328
Encargos Setoriais	85	0,22%	97,67%	43
Tributos Diferidos	30.304	79,89%	26,65%	23.927
Provisão para Litígios	26	0,07%	100,00%	-
Provisão para Descomissionamento	165	0,43%	1,85%	162
Outros Passivos	-	0,00%	-100,00%	79.782
	31.338	82,61%	-70,22%	105.242
	37.934	100,00%	-66,29%	112.527

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2022

	<u>PASSIVO</u>	<u>CELGP</u>			
		<u>31/12/2022</u>	<u>AV%</u>	<u>AH%</u>	<u>31/12/2021</u>
		<u>REAPRESENTADO</u>			
CIRCULANTE					
Fornecedores		1.309	1,16%	1322,83%	92
Obrigações Sociais e Trabalhistas		3.248	2,89%	314,81%	783
Tributos e Contribuições Sociais		1.886	1,68%	284,11%	491
Empréstimos e Financiamentos (a)		550	0,49%	100,00%	-
Benefício pós-emprego		130	0,12%	2500,00%	5
Encargos Setoriais		72	0,06%	44,00%	50
Dívidas a Pagar		37	0,03%	-99,95%	79.822
Outros Passivos		53	0,05%	51,43%	35
		7.285	6,47%	-91,04%	81.278
NÃO CIRCULANTE					
Benefício pós-emprego		-	0,00%	-100,00%	288
Empréstimos e Financiamentos (a)		1.328	1,18%	100,00%	-
Encargos Setoriais		43	0,04%	437,50%	8
Tributos Diferidos		23.927	21,26%	-11,55%	27.052
Provisão para Descomissionamento		162	0,14%	100,00%	-
Outros Passivos		79.782	70,90%	2659300,00%	3
		105.242	93,53%	284,78%	27.351
		112.527	100,00%	3,59%	108.629

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevante
Não aplicável.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras
Não aplicável.

iii. grau de subordinação entre as dívidas
Não aplicável.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário
Não aplicável.

g. Limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2024

Os financiamentos contratados já foram totalmente desembolsados nos exercícios sociais encerrados em 31.12.2024, 31.12.2023 e 31.12.2022.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2024

Alterações nas contas patrimoniais:

	CELGP								
	2024	AH%	AV%	2023	AH%	AV%	2022	AH%	AV%
ATIVO									
Circulante	245.917	5,71%	29,85%	232.631	-8,76%	29,67%	254.973	100,00%	34,92%
Não Circulante	578.051	4,84%	70,15%	551.374	16,05%	70,33%	475.112	100,00%	65,08%
Realizável a Longo Prazo	191.935	58,48%	23,29%	121.110	-10,31%	15,45%	135.035	100,00%	18,50%
Investimentos	373.315	9,08%	45,31%	342.234	18,94%	43,65%	287.726	100,00%	39,41%
Imobilizado	5.931	-92,61%	0,720%	80.303	81,20%	10,24%	44.317	100,00%	6,0701%
Intangível	6.870	-11,09%	0,83%	7.727	-3,82%	0,99%	8.034	100,00%	1,10%
TOTAL DO ATIVO	823.968	5,10%	100,00%	784.005	7,39%	100,00%	730.085	100,00%	100,00%
PASSIVO									
Circulante	7.172	8,73%	0,87%	6.596	-9,46%	0,84%	7.285	100,00%	1,00%
Não Circulante	33.237	6,06%	4,03%	31.338	-70,22%	4,00%	105.242	100,00%	14,42%
Patrimônio Líquido	783.559	5,02%	95,10%	746.071	20,81%	95,16%	617.558	100,00%	84,59%
Capital Realizado	602.351	0,00%	73,10%	602.351	15,27%	76,83%	522.569	100,00%	71,58%
Reserva Especial de Dividendo não Distribuído	20.476	100,00%	2,49%	11.573	100,00%	1,48%	-	100,00%	0,00%
Reserva Legal	60.428	3,20%	7,33%	58.554	4,34%	7,47%	56.117	100,00%	7,69%
Reserva de Lucros	100.304	36,30%	12,17%	73.593	89,44%	9,39%	38.848	100,00%	5,32%
Outros Resultados Abrangentes	-	-100,00%	0,000%	-	-100,00%	0,00%	24	100,00%	0,00%
TOTAL DO PASSIVO	823.968	5,10%	100,00%	784.005	7,39%	100,00%	730.085	100,00%	100,00%
ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO DO ANEXO 24= (PC + PNC)/PL:							0,051571101		
PC + PNC=							40.409		
PL - PARTICIP ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES=							783.559		

Alterações nas contas de resultado:

	CELGP								
	2024	AH%	AV%	2023	AH%	AV%	2022	AH%	AV%
Receita Operacional	21.721	34,91%	57,94%	16.100	25,80%	33,04%	12.798	100,00%	1,63%
(-)Deduções à Receita Operacional	(2.433)	26,72%	-6,49%	(1.920)	17,58%	-3,94%	(1.633)	100,00%	-0,21%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19.288	36,02%	51,45%	14.180	27,00%	29,10%	11.165	100,00%	1,42%
(-)Custos	(10.405)	42,79%	-27,76%	(7.287)	-18,54%	-14,95%	(8.946)	100,00%	-1,14%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	8.883	28,87%	23,70%	6.893	210,64%	14,15%	2.219	100,00%	0,28%
(-)Despesas Operacionais	(30.860)	14,25%	-82,32%	(27.011)	-8,25%	-55,43%	(29.441)	100,00%	-3,75%
Receitas Financeiras	25.589	-31,00%	68,26%	37.087	-72,51%	76,11%	134.913	100,00%	17,163%
Despesas Financeiras	(120)	-15,49%	-0,32%	(142)	-60,45%	-0,29%	(359)	100,00%	-0,046%
Resultado Financeiro	25.469	-31,06%	67,94%	36.945	-72,54%	75,81%	134.554	100,00%	17,117%
(+ -)Resultado de Equivalência Patrimonial	33.889	7,81%	90,40%	31.434	-47,14%	64,51%	59.467	100,00%	7,56%
RESULTADO OPERACIONAL	37.381	-22,54%	99,72%	48.261	-71,07%	99,04%	166.799	100,00%	21,22%
OUTRAS RECEITAS	2.766	-70,19%	7,38%	9.278	-99,06%	19,04%	991.978	100,00%	126,19%
OUTROS RESULTADOS	2.766	-70,19%	7,38%	9.278	-99,06%	19,04%	991.978	100,00%	126,19%
LUCRO ANTES DA CSLL E IMPOSTO DE RENDA	40.147	-30,23%	107,10%	57.539	-95,03%	118,07%	1.158.777	100,00%	147,41%
Imposto de Renda e CSLL Correntes	-	-100,00%	0,00%	(2.613)	-99,30%	-5,36%	(375.748)	100,00%	-47,800%
Imposto de Renda e CSLL Diferidos	(2.661)	-57,05%	-7,10%	(6.195)	-302,58%	-12,71%	3.058	100,00%	0,389%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	37.486	-23,08%	100,00%	48.731	-93,80%	100,00%	786.087	100,00%	100,00%
LUCRO por Lote de Mil Ações - R\$ 1,00	0,47	-23,08%		0,61	-93,94%		10,09	100,00%	

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2023

Alterações nas contas patrimoniais:

	CELGP								
	2023	AH%	AV%	2022	AH%	AV%	2021	AH%	AV%
	REAPRESENTADO								
ATIVO									
Circulante	232.631	-8,76%	29,67%	254.973	102,91%	34,92%	125.661	100,00%	7,52%
Não Circulante	551.374	16,05%	70,33%	475.112	-69,25%	65,08%	1.544.977	100,00%	92,48%
Realizável a Longo Prazo	121.110	-10,31%	15,45%	135.035	-10,13%	18,50%	150.256	100,00%	8,99%
Investimentos	342.234	18,94%	43,65%	287.726	-79,17%	39,41%	1.381.047	100,00%	82,67%
Imobilizado	80.303	81,20%	10,243%	44.317	727,89%	6,07%	5.353	100,00%	0,3204%
Intangível	7.727	-3,82%	0,99%	8.034	0,00%	1,10%	8.321	100,00%	0,50%
TOTAL DO ATIVO	784.005	7,39%	100,00%	730.085	-56,30%	100,00%	1.670.638	100,00%	100,00%
PASSIVO									
Circulante	6.596	-9,46%	0,84%	7.285	-91,04%	1,00%	81.278	100,00%	4,87%
Não Circulante	31.338	-70,22%	4,00%	105.242	284,78%	14,42%	27.351	100,00%	1,64%
Patrimônio Líquido	746.071	20,81%	95,16%	617.558	-60,46%	84,59%	1.562.009	100,00%	93,50%
Capital Realizado	602.351	15,27%	76,83%	522.569	-51,28%	71,58%	1.072.594	100,00%	64,20%
Reserva Especial de Dividendo não Distribuído	11.573	100,00%	1,48%	-	0,00%	0,00%	-	100,00%	0,00%
Reserva Legal	58.554	4,34%	7,47%	56.117	233,77%	7,69%	16.813	100,00%	1,01%
Reserva de Lucros	73.593	89,44%	9,39%	38.848	-92,00%	5,32%	485.322	100,00%	29,05%
Outros Resultados Abrangentes	-	-100,00%	0,000%	24	100,19%	0,00%	(12.720)	100,00%	-0,76%
TOTAL DO PASSIVO	784.005	7,39%	100,00%	730.085	-56,30%	100,00%	1.670.638	100,00%	100,00%

ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO DO ANEXO 24= (PC + PNC)/PL:	0,050845027
PC + PNC=	37.934
PL - PARTICIPACIONISTAS NÃO CONTROLADORES=	746.071

Alterações nas contas de resultado:

	CELGP								
	2023	AH%	AV%	2022	AH%	AV%	2021	AH%	AV%
	REAPRESENTADO								
Receita Operacional	16.100	25,80%	33,04%	12.798	132,31%	1,63%	5.509	100,00%	3,24%
(-)Deduções à Receita Operacional	(1.920)	17,58%	-3,94%	(1.633)	150,46%	-0,21%	(652)	100,00%	-0,38%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14.180	27,00%	29,10%	11.165	129,87%	1,42%	4.857	100,00%	2,86%
(-)Custos	(7.287)	-18,54%	-14,95%	(8.946)	373,08%	-1,14%	(1.891)	100,00%	-1,11%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	6.893	210,64%	14,15%	2.219	-25,19%	0,28%	2.966	100,00%	1,75%
(-)Despesas Operacionais	(27.011)	-8,25%	-55,43%	(29.441)	203,42%	-3,75%	(9.703)	100,00%	-5,71%
Receitas Financeiras	37.087	-72,51%	76,11%	134.913	1730,82%	17,16%	7.369	100,00%	4,339%
Despesas Financeiras	(142)	-60,45%	-0,29%	(359)	3163,64%	-0,05%	(11)	100,00%	-0,006%
Resultado Financeiro	36.945	-72,54%	75,81%	134.554	1728,68%	17,12%	7.358	100,00%	4,333%
(+ -)Resultado de Equivalência Patrimonial	31.434	-47,14%	64,51%	59.467	-63,19%	7,56%	161.544	100,00%	95,13%
RESULTADO OPERACIONAL	48.261	-71,07%	99,04%	166.799	2,86%	21,22%	162.165	100,00%	95,49%
OUTRAS RECEITAS	9.278	-99,06%	19,04%	991.978	7927,66%	126,19%	12.357	100,00%	7,28%
OUTROS RESULTADOS	9.278	-99,06%	19,04%	991.978	7927,66%	126,19%	12.357	100,00%	7,28%
LUCRO ANTES DA CSLL E IMPOSTO DE RENDA	57.539	-95,03%	118,07%	1.158.777	563,97%	147,41%	174.522	100,00%	102,77%
Imposto de Renda e CSLL Correntes	(2.613)	-99,30%	-5,36%	(375.748)	100,00%	-47,80%	-	100,00%	0,000%
Imposto de Renda e CSLL Diferidos	(6.195)	-302,58%	-12,71%	3.058	165,02%	0,39%	(4.703)	100,00%	-2,769%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	48.731	-93,80%	100,00%	786.087	362,90%	100,00%	169.819	100,00%	100,00%
LUCRO por Lote de Mil Ações - R\$ 1,00	0,61	-93,94%		10,09	362,90%		2,18	100,00%	

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2022

Alterações nas contas patrimoniais:

	CELGPAR								
	2022	AH%	AV%	2021	AH%	AV%	2020	AH%	AV%
	REAPRESENTADO			REAPRESENTADO					
ATIVO									
Circulante	254.973	102,91%	34,92%	125.661	113,16%	7,52%	58.952	100,00%	3,94%
Não Circulante	475.112	-69,25%	65,08%	1.544.977	7,46%	92,48%	1.437.696	100,00%	96,06%
Realizável a Longo Prazo	135.035	-10,13%	18,50%	150.256	70,96%	8,99%	87.888	0,00%	5,87%
Investimentos	287.726	-79,17%	39,41%	1.381.047	2,32%	82,67%	1.349.780	100,00%	90,19%
Imobilizado	44.317	727,89%	6,070%	5.353	19017,86%	0,32%	28	100,00%	0,0019%
Intangível	8.034	-3,45%	1,10%	8.321	0,00%	0,50%	-	0,00%	0,00%
TOTAL DO ATIVO	730.085	-56,30%	100,00%	1.670.638	11,63%	100,00%	1.496.648	100,00%	100,00%
PASSIVO									
Circulante	7.285	-91,04%	1,00%	81.278	99,13%	4,87%	40.816	100,00%	2,73%
Não Circulante	105.242	284,78%	14,42%	27.351	4044,09%	1,64%	660	100,00%	0,04%
Patrimônio Líquido	617.558	-60,46%	84,59%	1.562.009	-7,34%	93,50%	1.455.172	100,00%	97,23%
Capital Realizado	522.569	-51,28%	71,58%	1.072.594	0,00%	64,20%	1.072.594	100,00%	71,67%
Reserva Legal	56.117	233,77%	7,69%	16.813	100,00%	1,01%	8.322	0,00%	0,56%
Reserva de Lucros	38.848	-92,00%	5,32%	485.322	100,00%	29,05%	389.158	0,00%	26,00%
Outros Resultados Abrangentes	24	100,19%	0,003%	(12.720)	-14,64%	-0,76%	(14.902)	100,00%	-1,00%
TOTAL DO PASSIVO	730.085	-56,30%	100,00%	1.670.638	11,63%	100,00%	1.496.648	100,00%	100,00%
ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO DO ANEXO 24= (PC + PNC)/PL:	0,182212845								
PC + PNC=	112.527								
PL - PARTICIP ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES=	617.558								

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Alterações nas contas de resultado:

	CELGP								
	2022	AH%	AV%	2021	AH%	AV%	2020	AH%	AV%
	REAPRESENTADO								
Receita Operacional	12.798	132,31%	1,63%	5.509	100,00%	3,24%	-	100,00%	0,00%
(-)Deduções à Receita Operacional	(1.633)	150,46%	-0,21%	(652)	100,00%	-0,38%	-	100,00%	0,00%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	11.165	129,87%	1,42%	4.857	100,00%	2,86%	-	100,00%	0,00%
(-)Custos	(8.946)	373,08%	-1,14%	(1.891)	100,00%	-1,11%	-	100,00%	0,00%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	2.219	-25,19%	0,28%	2.966	100,00%	1,75%	-	100,00%	0,00%
(-)Despesas Operacionais	(29.441)	203,42%	-3,75%	(9.703)	64,18%	-5,71%	(5.910)	100,00%	-3,55%
Receitas Financeiras	134.913	1730,82%	17,16%	7.369	3,99%	4,34%	7.086	100,00%	-4,257%
Despesas Financeiras	(359)	3163,64%	-0,05%	(11)	0,00%	-0,01%	(11)	100,00%	-0,007%
Resultado Financeiro	134.554	1728,68%	17,12%	7.358	4,00%	4,33%	7.075	100,00%	4,251%
(+ -)Resultado de Equivalência Patrimonial	59.467	-63,19%	7,56%	161.544	-2,47%	95,13%	165.643	100,00%	-99,52%
RESULTADO OPERACIONAL	166.799	2,86%	21,22%	162.165	-2,78%	95,49%	166.808	100,00%	100,22%
OUTRAS RECEITAS	991.978	7927,66%	126,19%	12.357	100,00%	7,28%	-	100,00%	0,00%
OUTROS RESULTADOS	991.978	7927,66%	126,19%	12.357	100,00%	7,28%	-	100,00%	0,00%
LUCRO ANTES DA CSLL E IMPOSTO DE RENDA	1.158.777	563,97%	147,41%	174.522	-204,62%	102,77%	166.808	100,00%	100,22%
Imposto de Renda e CSLL Correntes	(375.748)	100,00%	-47,80%	-	-100,00%	0,00%	(372)	100,00%	-0,224%
Imposto de Renda e CSLL Diferidos	3.058	-165,02%	0,39%	(4.703)	100,00%	-2,77%	-	100,00%	0,000%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	786.087	362,90%	100,00%	169.819	-202,03%	100,00%	166.436	100,00%	100,00%
LUCRO por Lote de Mil Ações - R\$ 1,00	10,09	362,90%		2,18	-202,03%		2,14	100,00%	

2.2 Resultados operacional e financeiro

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGP ITEM 2.2 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

COMENTÁRIO DOS DIRETORES

2.2. Os diretores devem comentar:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2024

A Receita Operacional Bruta e Líquida em 2024 corresponde às atividades de Geração de energia elétrica.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2023

A Receita Operacional Bruta e Líquida em 2023 corresponde às atividades de Geração de energia elétrica.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2022

A Receita Operacional Bruta e Líquida em 2022 corresponde às atividades de Geração de energia elétrica.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2021

A Receita Operacional Bruta e Líquida em 2021 corresponde às atividades de Geração e Transmissão de energia elétrica.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2020

A Receita Operacional Bruta e Líquida em 2020 corresponde às atividades de Geração e Transmissão de energia elétrica.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2019

A Receita Operacional Bruta e Líquida em 2019 corresponde às atividades de Geração e Transmissão de energia elétrica.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018

A Receita Operacional Bruta e Líquida em 2018 corresponde às atividades de Geração e Transmissão de energia elétrica, ainda em fase de consolidação da recomposição dos efeitos oriundos da MP 579/2012.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017

A Receita Operacional Bruta e Líquida em 2017 corresponde às atividades de Geração e Transmissão de energia elétrica, em fase de consolidação da recomposição dos efeitos oriundos da MP 579/2012.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016

A Receita Operacional Bruta e Líquida em 2016 corresponde às atividades de Geração e Transmissão de energia elétrica, em fase de recomposição desde os efeitos oriundos da MP 579/2012. Além destas o principal componente se referente ao reconhecimento da receita da indenização dos ativos de transmissão da RBSE/RPC, efetuado pela Controlada Celg GT, decorrente de laudo de avaliação patrimonial destes ativos da concessão.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015

2.2 Resultados operacional e financeiro

A Receita Operacional Bruta e Líquida em 2015 corresponde às atividades de Geração e Transmissão de energia elétrica, em fase de recomposição desde os efeitos oriundos da MP 579/2012.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2014

A Receita Operacional Bruta e Líquida em 2014 corresponde às atividades de Geração e Transmissão de energia elétrica. Em 2014, as Outras Receitas se referem principalmente ao Ágio apurado na alienação de 51% das ações ordinárias da Coligada Celg D. Quanto ao Resultado Financeiro, se refere principalmente aos efeitos oriundos da Indenização dos Ativos de Transmissão alocados após 31.05.2000 na Controlada Celg GT, objeto dos reflexos da MP 579/2012.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2013 e 2012

Efetuamos a reapresentação da Demonstração do Resultado do Exercício de 2011, comparativamente ao Exercício de 2012, consolidando apenas as receitas da Controlada Celg GT, em decorrência da Subsidiária Celg D encontrar-se sobre o controle da Eletrobras desde o dia 24 de abril de 2012, decorrente do acordo de acionistas e assunção da mesma à condição de Controladora das deliberações sociais desta Subsidiária. Desta forma, as receitas consolidadas em 2011 na posição reapresentada correspondem às atividades de geração e transmissão de Energia elétrica. A posição reapresentada de 2012 se refere à não adoção da Consolidação proporcional pela Controlada Celg GT em relação à sua participação na Energética Corumbá III.

Em 2013, tanto as Outras Receitas, quanto o Resultado Financeiro se referem aos efeitos oriundos da Indenização dos Ativos de Transmissão alocados após 31.05.2000 na Controlada Celg GT, objeto dos reflexos da MP 579/2012.

ii. **Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2024

Os principais fatores que afetaram os resultados operacionais foram os seguintes: a) aumento da Receita Anual de Geração – RAG, decorrente da incorporação dessas receitas no exercício social; e b) equacionamento nas despesas gerais e administrativas, principalmente com pessoal e serviços de terceiros.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2023

Os principais fatores que afetaram os resultados operacionais foram os seguintes: a) aumento da Receita Anual de Geração – RAG, decorrente da incorporação dessas receitas no exercício social; e b) equacionamento/diminuição nas despesas gerais e administrativas, principalmente com pessoal e serviços de terceiros.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2022

Os principais fatores que afetaram os resultados operacionais foram os seguintes: a) aumento da Receita Anual de Geração – RAG, decorrente da incorporação dessas receitas nos 4 trimestres do ano; e b) aumento nas despesas gerais e administrativas, principalmente com pessoal e serviços de terceiros, decorrentes do processo de reestruturação da Companhia pós desestatização da anterior Controlada Celg T (liquidação do leilão em fevereiro de 2022).

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2021

Os principais fatores que afetaram os resultados operacionais foram os seguintes: a) aumento da Receita Anual Permitida - RAP das atividades de Transmissão; b) homogeneização das receitas/custos de construção dos ativos de transmissão, vinculados ao incremento da curva de investimentos da Controlada Celg T no exercício de 2020; c) aumento na receita financeira da concessão de transmissão (ativo de contrato); e d) diminuição nas despesas gerais e administrativas, principalmente com pessoal e serviços de terceiros.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2020

Os principais fatores que afetaram os resultados operacionais foram os seguintes: a) aumento da Receita Anual Permitida - RAP das atividades de Transmissão; b) homogeneização das receitas/custos de construção dos ativos de transmissão, vinculados ao incremento da curva de investimentos da Controlada Celg GT no

2.2 Resultados operacional e financeiro

exercício de 2020; c) aumento na receita financeira da concessão de transmissão (ativo de contrato); e d) diminuição nas despesas gerais e administrativas, principalmente com pessoal e serviços de terceiros.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2019

Os principais fatores que afetaram os resultados operacionais foram os seguintes: a) aumento da Receita Anual Permitida - RAP das atividades de Transmissão; b) aumento das receitas/custos de construção dos ativos de transmissão, vinculados ao incremento da curva de investimentos da Controlada Celg GT no exercício de 2019; e c) diminuição nas despesas gerais e administrativas, principalmente com pessoal e serviços de terceiros.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018

Os principais fatores que afetaram os resultados operacionais foram os seguintes: a) aumento da Receita Anual Permitida - RAP das atividades de Transmissão; b) aumento significativo das receitas/custos de construção dos ativos de transmissão, vinculados ao incremento da curva de investimentos da Controlada Celg GT no exercício de 2018; e c) aumento nas despesas gerais e administrativas, principalmente com pessoal e serviços de terceiros.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017

Os principais fatores que afetaram os resultados operacionais foram os seguintes: a) aumento da Receita Anual Permitida - RAP das atividades de Transmissão; b) aumento significativo das receitas/custos de construção dos ativos de transmissão, vinculados ao incremento da curva de investimentos da Controlada Celg GT no exercício de 2017; e c) aumento nas despesas gerais e administrativas, principalmente com pessoal e serviços de terceiros.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2016

Os principais fatores que afetaram os resultados operacionais foram os seguintes: a) aumento da Receita Anual Permitida - RAP das atividades de Transmissão; b) aumento nas despesas gerais e administrativas, principalmente com pessoal e serviços de terceiros; c) diminuição nos encargos com dívidas, decorrente da assunção de dívida efetuado pelo Estado, acerca do empréstimo no valor de R\$1,9 bilhão efetuado em setembro/2014; e d) reconhecimento pontual da receita com a indenização dos ativos de transmissão da RBSE/RPC.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015

Os principais fatores que afetaram os resultados operacionais foram os seguintes: a) aumento da Receita Anual Permitida - RAP das atividades de Transmissão; b) aumento nas despesas gerais e administrativas, principalmente com pessoal e serviços de terceiros; e c) aumento nos encargos com dívidas, decorrente da imputação dos juros sobre o empréstimo no valor de R\$1,9 bilhão efetuado em setembro/2014.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2014

Os principais fatores que afetaram os resultados operacionais foram os seguintes: a) aumento nas despesas gerais e administrativas, principalmente com pessoal e serviços de terceiros; e b) aumento nos encargos com dívidas, decorrente da imputação dos juros sobre o empréstimo no valor de R\$1,9 bilhão efetuado em setembro/2014.

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2013 e 2012

A Administração da Celgpar efetuou as intervenções cabíveis no exercício de 2013, por conta dos impactos advindos da Medida Provisória nº. 579/2012 relacionadas às atividades de geração e transmissão de energia elétrica e, por sua vez, de forma conjunta à Administração da Celg D no que concerne às atividades de distribuição de energia elétrica.

- b. **Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio, e inflação.**

2.2 Resultados operacional e financeiro

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2024, 2023 e 2022

Não aplicável para os itens concernentes a taxas de câmbio e introdução de novos produtos e serviços. No que concerne às variações de receitas vinculadas à alterações de volumes e inflação, as receitas da Celgpar acompanham estas variações à medida da incorporação de novas Receitas Anuais de Geração (novos investimentos e reforços de sistema), para as atividades de geração.

- c. **Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

EXERCÍCIOS SOCIAIS DE 2024, 2023 e 2022

Os principais fatores e condições que afetam a receita e resultados operacionais são analisados a seguir:

Risco de Crédito

O risco de crédito surge da possibilidade de a CELGPAR vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco está intimamente relacionado com fatores internos e externos e para reduzir esse tipo de risco a Companhia atua na gerência das contas a receber implementando políticas específicas de cobrança. Os créditos de liquidação duvidosa, quando existentes, serão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na realização desses.

Risco quanto à escassez de energia

Trata-se de risco de déficit de energia, decorrente de condições climáticas desfavoráveis quanto à ocorrência de chuvas, dado que a matriz energética brasileira está baseada em fontes hídricas. Anos de estiagem prolongada influenciam o volume de água em estoque nos reservatórios das usinas que, em níveis críticos, elevam o risco de desabastecimento de energia. Neste cenário, eventuais impactos no consumo de energia elétrica podem ocasionar perdas em razão da redução de receitas para a CELGPAR.

Verifica-se que as principais bacias hidrográficas do país, onde estão localizados os reservatórios das regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, tem enfrentado situações climáticas adversas nos últimos anos, levando os órgãos responsáveis pelo setor a adotarem medidas de otimização dos recursos hídricos para garantir o pleno atendimento ao sistema elétrico. Com base nestas perspectivas, e em relação ao risco de curto prazo, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE tem apontado equilíbrio entre a demanda e a oferta de energia, mantendo os índices dentro da margem de segurança. Por outro lado, esse risco é calculado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS que, segundo informações do plano mensal de operação divulgado no site www.ons.org.br, ainda não prevê um programa de racionamento para os próximos dois anos.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGP ITEM 2.3 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

COMENTÁRIO DOS DIRETORES

2.3 Os diretores devem comentar:

- a. **Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2.**

Não ocorreram mudanças nas práticas contábeis no exercício de 2024, que produziram efeitos significativos no cômputo das mutações patrimoniais e de resultado.

- b. **Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor**

Ênfases

(a) Controlada em conjunto Planalto Solar Park S.A.

Conforme nota explicativa nº 1.6, a controlada em conjunto Planalto Solar Park S.A. foi constituída em abril de 2017 com objetivo de construir e operar Usinas Fotovoltaicas ("UFV"), iniciando suas atividades operacionais em agosto de 2024, com a construção da primeira UFV, cuja conclusão ocorreu em dezembro de 2024. As primeiras receitas devem ser geradas a partir de abril de 2025. Nossa opinião não está modificada quanto a esse assunto.

(b) Incerteza relacionada com a continuidade operacional e processo de desestatização

Chamamos a atenção para as notas explicativas nº 1.7 e 1.8, pois com a edição da Lei Estadual nº 22.286/2023 e o Ofício nº 3357/2023/SGG, foi dado início ao processo de desestatização e alienação da companhia, inclusive das participações societárias em outros empreendimentos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a companhia apresentou consumo de caixa líquido das atividades operacionais no montante de R\$ 1.541 mil, enquanto o caixa líquido das operações foi negativo no valor de R\$ 17.524 mil, e apresentou prejuízo operacional contábil de R\$ 19.211 mil. Eventos e condições essas indicam a existência de incerteza relevante e que pode levantar dúvida significativa quanto a continuidade operacional da companhia. Nossa opinião não está modificada quanto a esses assuntos.

(c) Nível de segurança da barragem da PCH Rochedo

Conforme disposto na nota explicativa nº 1.9, estudo independente de estabilidade da UHE Rochedo (GP2665 – RE-INS-2665-001_rev06), concluiu que o nível de segurança da barragem PCH Rochedo está classificada como de classe "A", requerendo monitoramento e reparos das anomalias, e que a barragem se encontra com nível de segurança de "atenção". A CELGP deu início as ações de reparo e recuperação definidas no relatório do estudo de estabilidade das barragens de terra e concreto (GP2665 – RE-CON-2665-002-R04), datados de fevereiro de 2024. Nossa opinião não apresenta ressalva relacionada a esse assunto.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(d) Reapresentação de saldos comparativos anteriores

Conforme nota explicativa nº 3.28, a companhia realizou a reapresentação de forma retrospectiva e espontânea de saldos comparativos da demonstração de resultado, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado, findas em 31 de dezembro de 2023, referente, essencialmente, a reclassificação dos ganhos (ou perdas) em RTA/RTP para a rubrica de “outras receitas e despesas operacionais”, assim como os efeitos do PIS e da COFINS. Nossa opinião não apresenta ressalva relacionada a esse assunto.

(e) Seguros dos principais ativos da companhia

Chamamos a atenção para nota explicativa nº 29, pois a companhia não mantém apólices de seguro patrimonial para os ativos e instalações vinculadas aos contratos de concessão das atividades de geração de energia elétrica, em virtude de não ter encontrado no mercado seguradora interessada em firmar contrato de seguro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a este assunto.

(f) Evento subsequente – compra e venda de participações societárias

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 33, pois a CELGP e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”), concretizaram em 18 de fevereiro de 2025 o descruzamento de suas participações societárias nas transmissoras de energia Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A., e, Lago Azul Transmissão S.A; passando a CELGP a deter 100% das ações do capital social da Lago Azul Transmissão S.A. e a Eletrobras 100% da participação societária da Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. Nossa opinião não está ressalvada quanto a esse assunto.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 2.4 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

COMENTÁRIO DOS DIRETORES

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia passou à condição de concessionária do serviço público de energia elétrica a partir do exercício de 2022, objeto de reestruturação societária decorrente da alienação da sua principal participação societária (Subsidiária Integral Celg T) com a respectiva versão de participações acionárias em Geração e Transmissão, e assunção de contrato de concessão de geração.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Abaixo apresenta-se, objetivando a manutenção do histórico da evolução da Celgpar, a descrição da última operação de alienação de participação societária efetuada pela Companhia, ocorrida no exercício social anterior a 2018:

A Lei 12.688, de 18 de julho de 2012, objeto da conversão da Medida Provisória n.º 559, de 2 de março de 2012, autorizou a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras adquirir participação societária da Celg Distribuição S.A. - Celg D de no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias com direito a voto.

Em 26 de agosto de 2014 foi assinada a Promessa de Compra e Venda de Ações entre as partes envolvidas (Estado de Goiás, Celgpar, Celg D e Eletrobras), tendo sido aprovado, posteriormente, no âmbito das Assembleias Gerais de Acionistas da Celgpar e da Eletrobras, a aquisição, pela Eletrobras, de até 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias de emissão da Celg D, fatos estes devidamente comunicados ao Mercado. Este processo de aquisição, incluindo todos os prazos legais para o exercício de direito de preferência, pelos acionistas da Celgpar, sob as ações da Celg D, foi cumprido e encerrado no dia 24 de novembro de 2014. Neste sentido, a Eletrobras adquiriu 76.761.267 (setenta e seis milhões, setecentas e sessenta e uma mil, duzentas e sessenta e sete) ações ordinárias da Celg D, correspondente a 50,93% (cinquenta inteiros, e noventa e três centésimos por cento) do capital social, sendo que o pagamento por esta aquisição se concretizou no dia 27 de janeiro de 2015. Os demais acionistas da Celgpar, no exercício de direito de preferência, adquiriram o restante das ações ordinárias da Celg D.

Ainda com relação à Celg D ocorreu, em maio de 2015, e por determinação da União, a inclusão desta no Programa Nacional de Desestatização - PND, sendo que as tratativas da desestatização culminaram com a realização do leilão das ações em 30 de novembro de 2016, sob a coordenação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. A Celgpar possuía cláusula de pacto de venda conjunta da sua participação acionária na Celg D e, por decisão de seus acionistas decidiu alienar conjuntamente à Eletrobras a totalidade de suas ações ordinárias, processo este que teve a sua liquidação financeira em 14 de fevereiro de 2017, passando o controle da Celg D à empresa Enel Brasil S.A.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Com relação à sua participação societária na anterior Controlada Celg T, apresenta-se abaixo o histórico da operação:

Conforme Fato Relevante divulgado ao Mercado no dia 26 de fevereiro de 2020, a CELGP comunicou aos seus acionistas que recebeu, por ofício, a determinação do representante do acionista controlador, para que seja contratada empresa ou consórcio de empresas para elaboração de estudos e posterior assessoria, para alienação das ações de sua propriedade na Controlada Celg Transmissão S.A. - CELG T e suas participações em outros empreendimentos. Estas tratativas encontram-se em andamento, tendo ocorrido a contratação de consórcio de empresas para a referida avaliação, tendo ocorrido a conclusão das etapas de Due Diligence, elaboração do laudo de avaliação e aprovação da continuidade da operação nas instâncias superiores de governança da CELGP, especificamente na 55ª AGE, de 11 de fevereiro de 2021, e 160ª Reunião do Conselho de Administração, de 19 de fevereiro de 2021, com a aprovação da realização do Leilão destas ações no ambiente da B3 - Brasil, Bolsa e Balcão S.A. O cronograma deste processo estava em linha com as datas divulgadas nas Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2020, com a previsão da realização da sessão pública do leilão no dia 13 de maio de 2021.

No entanto, conforme Comunicado ao Mercado divulgado no dia 26 de abril de 2021, a CELGP comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, o adiamento do leilão para alienação de 100% (cem por cento) das ações de emissão da CELG T, para o 2º (segundo) semestre de 2021. As motivações do adiamento encontram-se devidamente evidenciadas naquele Comunicado ao Mercado, e se fundamentaram na perspectiva de se evitar a realização concomitante com outras operações do setor e permitir a análise dos seguintes eventos que podem resultar em alterações nas condições da operação:

(i) a solicitação, por parte dos investidores interessados, de maior prazo para análise das informações e documentos da operação;

(ii) a solicitação, por parte dos investidores interessados, do exame da viabilidade de segregação dos ativos de transmissão e dos ativos de geração;

(iii) a Resolução Homologatória nº 2.846/2021, advinda da decisão da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Energia Elétrica, ocorrida na 4ª Reunião Pública Extraordinária, em 22 de abril de 2021, que deu parcial provimento aos pleitos da CELG T sobre as Revisões Periódicas da Receita Anual Permitida - RAP dos Contatos de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica prorrogados nos termos da Lei nº 12.783/2013 (Processo Administrativo nº 48500.000752/2019-84); e

(iv) a publicação, em 1º de dezembro de 2020, do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020, da Comissão de Valores Mobiliários-CVM, sobre a aplicação dos Pronunciamentos Técnicos CPC nº 47 - IFRS nº 16 e CPC nº 48 - IFRS nº 9 na elaboração das Demonstrações Contábeis das companhias transmissoras de energia elétrica, com efeitos retrospectivos (ajuste de exercícios anteriores).

Com base nos fatos acima evidenciados e no Fato Relevante divulgado ao Mercado no dia 12 de julho de 2021, a CELGP efetuou os ajustes necessários na avaliação da Controlada CELG T para fins de alienação das ações de sua propriedade, sendo o mais relevante a implementação de todas as tratativas necessárias à cisão parcial desta Controlada, no sentido de segregar as suas atividades de transmissão de suas atividades de geração, permanecendo nesta apenas as concessões depuradas de transmissão, vertendo-se o acervo líquido das demais atividades para a CELGP. Estas tratativas foram anuídas pelo órgão regulador. Em linha com estes fatos, a cisão parcial da CELG T, para fins de implementação, requereu a reclassificação do acervo líquido a ser vertido para a CELGP, relacionadas a todas as atividades não vinculadas às concessões de transmissão, como itens de operações descontinuadas na CELG T, figurando a sua evidenciação na nota explicativa 34.e, especificamente para fins de consolidação na data anterior a 30 de setembro de 2021. Observa-se que a cisão parcial acarretou a reforma estatutária e alteração da denominação social da CELG GT para Companhia Celg Transmissão S.A - Celg T.

De modo complementar, a CELGP, conforme Aviso de Leilão divulgado em 30 de julho de 2021, marcou este para o dia 14 de outubro de 2021, tendo ocorrido nesta data a alienação de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia Celg Transmissão S.A - CELG T, não existindo, na data do leilão, nenhuma condição suspensiva

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

da operação. Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 03 de novembro de 2021, a CELGPAR declarou como vencedora do Leilão a PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA SL S.A. (CNPJ nº 13.382.604/0001-91), empresa pertencente ao grupo EDP.

A liquidação efetiva do leilão ocorreu em 07 de fevereiro de 2022, tendo sido transferida a totalidade das ações de propriedade da CELGPAR na CELG T para a PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA SL S.A. (CNPJ nº 13.382.604/0001-91), empresa pertencente ao grupo EDP, e mais 31 (trinta e um) acionistas minoritários ou adquirentes dos direitos de subscrição face o exercício do direito de preferência nestas ações.

Além dos fatos acima, não ocorreram quaisquer outros fatos supervenientes entre a data da liquidação do leilão no dia 07 de fevereiro de 2022 e a data de autorização destas Demonstrações Financeiras.

c. Eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais que foram refletidas nas demonstrações financeiras nos três últimos exercícios sociais.

2.5 Medições não contábeis

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 2.5 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

COMENTÁRIO DOS DIRETORES

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

- a. Informar o valor das medições não contábeis**
Não divulgadas.
- b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas**
Não divulgadas.
- c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**
Não aplicável.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGP ITEM 2.6 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

COMENTÁRIO DOS DIRETORES

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que altere substancialmente.

O seguinte evento subsequente encontra-se evidenciado nas Demonstrações Financeiras de 2024, estando o mesmo diretamente relacionado ao item 2.4.b destes comentários:

A CELGP assinou Contrato de compra e venda de ações e outras avenças com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”), datado de 02 de outubro de 2024, para descruzamento das participações societárias nas transmissoras de energia Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A., e, Lago Azul Transmissão S.A. A operação foi concretizada no dia 18 de fevereiro de 2025 da seguinte forma:

- a) A Eletrobras adquiriu, da CELGP, 10% (dez por cento) da participação societária na Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (VSB), por R\$ 37.221 mil, passando a Eletrobras a deter totalidade das ações da VSB, que controla subestações e 161,5 Km de linhas de transmissão entre Goiás e o Distrito Federal;
- b) Por sua vez, a CELGP adquiriu, da Eletrobras, 49,9% (quarente e nove, vírgula noventa por cento) de participação societária na Lago Azul Transmissão S.A., por R\$ 7.589 mil, passando a deter a totalidade das ações da transmissora que opera 69 Km de linha de transmissão em Goiás; e
- c) A Eletrobras à título de torna, pagou a CELGP, em moeda corrente nacional, o montante de R\$ 29.632 mil.

Para a concretização da operação foram sanadas dentre outras condições precedentes as seguintes etapas:

- a) Obtenção da aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), nos termos do art. 88 da Lei nº 12.529/2011; e
- b) Obtenção da anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 948/2021.

2.7 Destinação de resultados

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 2.7 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

COMENTÁRIO DOS DIRETORES

2.7 Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. Regras sobre retenção de lucros

Apurado o lucro líquido do exercício, far-se-á o destaque de 5% (cinco por cento) para a constituição ou aumento da reserva legal, foco do Art. 193, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, até que seu montante atinja 20% (vinte por cento) do capital social (Art. 86, caput, do Estatuto Social).

O lucro remanescente será assim distribuído: 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício será destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas, e o saldo remanescente terá o destino que a Assembleia Geral determinar (Art. 88, Inciso I e Inciso II, do Estatuto Social).

Os dividendos atribuídos às ações serão colocados à disposição dos acionistas dentro de 60 (sessenta) dias, contados da realização da Assembleia Geral de acionistas, responsável pela declaração dos dividendos (Art. 87, § 1º, do Estatuto Social).

O pagamento dos dividendos, nos prazos previstos no Art. 88, § 1º, do Estatuto Social, quando a situação financeira não permitir, a Diretoria fixará novos prazos, comunicando-os aos interessados, depois de consultado o Conselho de Administração (Art. 88, § 2º, do Estatuto Social).

Os dividendos não serão obrigatórios no exercício social em que a Diretoria, consultado o Conselho de Administração, informar à Assembleia Geral de acionistas ser o desembolso incompatível com a situação financeira da Sociedade, precedida de emissão de Parecer pelo Conselho Fiscal (Art. 88, § 3º, do Estatuto Social).

Os dividendos que deixarem de ser distribuídos nos termos do § 3º, do Art. 88, do Estatuto Social, serão registrados como Reserva Especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos assim que a situação financeira da Sociedade permitir (Art. 88, § 4º, Estatuto Social).

Os dividendos declarados e disponibilizados, na forma da legislação societária e das normas da Comissão de Valores Mobiliários, e não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contado do dia fixado para o pagamento (Art. 88, § 5º, Estatuto Social), serão revertidos à Celgpar.

b. Regras sobre distribuição de dividendos

Apurado o lucro líquido do exercício, far-se-á o destaque de 5% (cinco por cento) para a constituição ou aumento da reserva legal, foco do Art. 193, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, até que seu montante atinja 20% (vinte por cento) do capital social (Art. 86, caput, do Estatuto Social).

O lucro remanescente será assim distribuído: 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício será destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas, e o saldo remanescente terá o destino que a Assembleia Geral determinar (Art. 88, Inciso I e Inciso II, do Estatuto Social).

Os dividendos atribuídos às ações serão colocados à disposição dos acionistas dentro de 60 (sessenta) dias, contados da realização da Assembleia Geral de acionistas, responsável pela declaração dos dividendos (Art. 87, § 1º, do Estatuto Social).

2.7 Destinação de resultados

O pagamento dos dividendos, nos prazos previstos no Art. 88, § 1º, do Estatuto Social, quando a situação financeira não permitir, a Diretoria fixará novos prazos, comunicando-os aos interessados, depois de consultado o Conselho de Administração (Art. 88, § 2º, do Estatuto Social).

Os dividendos não serão obrigatórios no exercício social em que a Diretoria, consultado o Conselho de Administração, informar à Assembleia Geral de acionistas ser o desembolso incompatível com a situação financeira da Sociedade, precedida de emissão de Parecer pelo Conselho Fiscal (Art. 88, § 3º, do Estatuto Social).

Os dividendos que deixarem de ser distribuídos nos termos do § 3º, do Art. 88, do Estatuto Social, serão registrados como Reserva Especial e, caso não sejam absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos assim que a situação financeira da Sociedade permitir (Art. 88, § 4º, Estatuto Social).

Os dividendos declarados e disponibilizados, na forma da legislação societária e das normas da Comissão de Valores Mobiliários, e não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contado do dia fixado para o pagamento (Art. 88, § 5º, Estatuto Social), serão revertidos à Celgpar.

c. Periodicidade das distribuições de dividendos

Anual.

d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Inexistentes.

e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Celgpar possui Política de Distribuição de Dividendos, formalmente aprovada pelo seu Conselho de Administração em 29 de maio de 2018, disponível em: <https://ri.celgpar.com/BuscaPagina.aspx?ID={456123ea-dfde-cdef-1249-adeccf34562a}>

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 2.8 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

COMENTÁRIO DOS DIRETORES

2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**
 - i. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos
Inexistentes.
 - ii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
Inexistentes.
 - iii. Contratos de construção não terminada
Inexistentes.
 - iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos
Inexistentes.
- b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**
Inexistentes.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 2.9 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

COMENTÁRIO DOS DIRETORES

2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

- a. **Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
Inexistentes.
- b. **Natureza e o propósito da operação**
Inexistentes.
- c. **Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**
Inexistentes.

2.10 Planos de negócios

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGP ITEM 2.10 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

COMENTÁRIO DOS DIRETORES

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a. **Investimentos, incluindo:**
 - i. **Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**
Opção pela não divulgação.
 - ii. **Fontes de financiamento dos investimentos**
Opção pela não divulgação.
 - iii. **Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**
Inexistentes.

- b. **Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**
Inexistentes.

- c. **Novos produtos e serviços, indicando:**
 - i. **Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**
Inexistentes.
 - ii. **Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**
Inexistentes.
 - iii. **Projetos em desenvolvimento já divulgados**
Inexistentes.
 - iv. **Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**
Inexistentes.

- d. **Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG**
Inexistentes.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 2.11 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

COMENTÁRIO DOS DIRETORES

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção
Inexistentes.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 3.1 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

O emissor não divulgou projeções e estimativas sobre a evolução dos seus indicadores.

3.2 Acompanhamento das projeções

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 3.2 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

O emissor não divulgou projeções e estimativas sobre a evolução dos seus indicadores.

4.1 Descrição dos fatores de risco

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 4.1 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

FATORES DE RISCO

Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância:

a. Emissor

Fatores de risco de emissor referem-se à probabilidade de um emissor (empresa ou governo) não cumprir suas obrigações de pagamento de juros ou do valor principal de um título. É o risco de o emissor falir ou ter dificuldades financeiras que o impeçam de honrar seus compromissos. No caso da Celgpar essa probabilidade é muito remota, haja visto a sua participação de capital de terceiros ser irrisória frente aos seus ativos geradores de caixa.

b. seus acionistas, em especial os acionistas controladores

A companhia Celg de Participações – Celgpar é controlada pelo Estado de Goiás. Neste sentido, e pela característica da empresa na sua atuação como holding, manteve a sua condição operacional, logo após o momento de sua criação, por intermédio de Adiantamentos e Aportes de Capital do seu controlador. Após esse momento inicial, consolidou-se como holding pura até o 3º trimestre de 2021, e com o processo de cisão da sua anterior controlada, estabeleceu-se como concessionária do serviço público de energia elétrica, passando a aferir receitas operacionais de suas próprias operações, além das suas receitas decorrentes de participações em investidas.

De todo modo, a Celgpar estabelece como principais fatores de risco relacionados ao seu controlador os seguintes aspectos:

- Incapacidade de alocação de recursos orçamentários suficientes para cobertura dos custos e despesas operacionais da Celgpar: haja vista a sua situação de Estatal não Dependente, trata-se de fator de risco irrisório;

- Decisões de descontinuidade e alienação de ativos próprios, fundamentadas na sua condição de sociedade de economia mista: risco materializado por meio do processo decisório proferido na sua 73ª Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, de 06 de janeiro de 2025;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- Decisões de descontinuidade da Celgpar, imensuráveis do ponto de vista decisório, dada à sua condição de sociedade de economia mista: risco materializado por meio do processo decisório proferido na sua 73ª Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, de 06 de janeiro de 2025.

c. suas controladas e coligadas

Os negócios das participações societárias da Celgpar compreendem, principalmente, a geração e transmissão de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são os seguintes:

c.1 Risco de taxa de câmbio:

Esse risco decorre da possibilidade de a Celgpar e suas participações societárias virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. Não há pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra tal risco. Porém, a a Celgpar e suas participações societárias monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a efetiva necessidade de contratação de derivativos (swap) para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

c.2 Risco de taxa de juros:

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Celgpar e suas participações societárias virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos, quando aplicáveis, e vinculados a projetos específicos de infra-estrutura básica, obtidos em moeda estrangeira junto a instituições internacionais de desenvolvimento possuem taxas menores, compatíveis com tais operações, não disponíveis no mercado financeiro nacional.

c.3 Risco de crédito:

O risco de crédito surge da possibilidade de a Celgpar e suas participações societárias virem a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco está intimamente relacionado com fatores internos e externos e para reduzir este tipo de risco a Companhia e suas Controladas/Coligadas atuam na gerência das contas a receber implementando políticas específicas de cobrança. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na realização destes.

c.4 Risco quanto à escassez de energia:

A energia vendida é gerada por usinas hidrelétricas mantidas e operadas pela Celgpar e suas participações societárias no âmbito dos seus contratos de concessão. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas em função do aumento na aquisição de energia, ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento. Este risco é calculado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS que, segundo informações do plano mensal de operação divulgado no site www.ons.org.br, não prevê

4.1 Descrição dos fatores de risco

<p>um programa de racionamento para os próximos dois anos.</p>
<p>d. seus administradores</p> <p>A Companhia não possui fatores de riscos relevantes em relação aos seus administradores.</p>
<p>e. seus fornecedores</p> <p>A Companhia não possui fatores de riscos relevantes em relação aos seus administradores.</p>
<p>f. seus clientes</p> <p>A Companhia não possui fatores de riscos relevantes em relação aos seus administradores.</p>
<p>g. setores da economia nos quais o emissor atue</p> <p>O setor de atuação da Celgpar e suas participações societárias é o de energia elétrica, especificamente as atividades de geração e transmissão. Apresenta-se abaixo os principais fatores de risco relacionados a este setor na economia:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os resultados operacionais da Celgpar e suas participações societárias poderão ser afetados pelas condições hidrológicas, devido a um longo período de escassez de chuvas; - Perdas de receitas ou aumento de despesas vinculado aos riscos de construção, expansão e operação das instalações e equipamentos de geração e transmissão, especialmente: a) incapacidade de obtenção de permissões e aprovações governamentais; b) indisponibilidade de equipamentos; e c) riscos contratuais e de obras (interrupções e paralisações); - Efeitos adversos decorrentes da situação micro e macro econômico nacional, com possíveis impactos nos fluxos de investimentos internos e externos vinculados às atividades de geração e transmissão. Dentre estes efeitos salienta-se a dificuldade de captação de recursos de terceiros para investimentos.
<p>h. regulação dos setores em que o emissor atue</p> <ul style="list-style-type: none"> - A Celgpar e suas participações societárias poderão ser penalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel se porventura deixarem de cumprir com os termos de seus respectivos contratos de concessão. Eventual rescisão ou imputabilidade de penalidades poderão refletir na não recuperabilidade dos investimentos efetuados; - A Celgpar e suas participações societárias, na hipótese de violação de

4.1 Descrição dos fatores de risco

<p>dispositivos contratuais, legais e regulatórios, poderão sofrer processos de intervenção administrativa pela Aneel;</p> <p>- As alterações regulatórias vinculadas às atividades de geração e transmissão de energia, que venham a ser implementadas pela União, incluindo antecipações, prorrogações ou cancelamento dos contratos de concessão, sujeitam a Celgpar e suas participações societárias ao risco de não recuperabilidade dos investimentos efetuados.</p>
<p>i. países estrangeiros onde o emissor atue</p> <p>Não aplicável.</p>
<p>j. questões sociais</p> <p>Não aplicável.</p>
<p>k. questões ambientais</p> <p>A Companhia não possui fatores de riscos relevantes em relação às questões ambientais.</p>
<p>l. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição</p> <p>A Companhia não possui fatores de riscos relevantes em relação às questões climáticas.</p>
<p>m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores</p> <p>Não aplicável.</p>

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 4.2 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

DESCRIÇÃO DOS FATORES DE RISCO

INDICAÇÃO DOS 5 (CINCO) PRINCIPAIS FATORES DE RISCO, DENTRE AQUELES ENUMERADOS NO CAMPO 4.1, INDEPENDENTEMENTE DA CATEGORIA EM QUE ESTEJAM INSERIDOS

Os 5 (cinco) principais fatores de risco são exatamente aqueles delineados no campo 4.1 do FRE.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 4.3 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO

FATORES DE RISCO RELACIONADOS AOS SETORES DA ECONOMIA NOS QUAIS O EMISSOR ATUE

O setor de atuação da Celgpar e suas participações societárias é o de energia elétrica, especificamente as atividades de geração e transmissão. Apresenta-se abaixo os principais fatores de risco relacionados a este setor na economia:

- Os resultados operacionais da Celgpar e suas participações societárias poderão ser afetados pelas condições hidrológicas, devido a um longo período de escassez de chuvas;
- Perdas de receitas ou aumento de despesas vinculado aos riscos de construção, expansão e operação das instalações e equipamentos de geração e transmissão, especialmente: a) incapacidade de obtenção de permissões e aprovações governamentais; b) indisponibilidade de equipamentos; e c) riscos contratuais e de obras (interrupções e paralisações);
- Efeitos adversos decorrentes da situação micro e macro econômico nacional, com possíveis impactos nos fluxos de investimentos internos e externos vinculados às atividades de geração e transmissão. Dentre estes efeitos salienta-se a dificuldade de captação de recursos de terceiros para investimentos.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGP
ITEM 4.4 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

DESCREVER OS PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS EM QUE O EMISSOR OU SUAS CONTROLADAS SEJAM PARTE, DISCRIMINANDO ENTRE TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, AMBIENTAIS E OUTROS: (I) QUE NÃO ESTEJAM SOB SIGILO, E (II) QUE SEJAM RELEVANTES PARA OS NEGÓCIOS DO EMISSOR OU DE SUAS CONTROLADAS

CONTINGÊNCIAS - PROCESSOS JUDICIAIS e ADMINISTRATIVOS PASSIVOS - CELGP								
DATA DISTRIBUIÇÃO	RECLAMANTE/AUTOR	CPF/ CNPJ	RESPOSTA	POSSIBILIDADE PERDA	VALOR			
					VALOR DA CAUSA	REMOTO	POSSÍVEL	PROVÁVEL
11/09/2023	SOPHIA LEAL MODESTO	104.304.286-50	Setença mantida - Aguarda liquidação de sentença, sendo que a CELGP é reponsável por 50% das verbas devidas. Outros 50% é da EDP - PEDIDO JULGADO PROCEDENTE	PROVÁVEL	26.193,78			14.000,00
13/10/2023	CRISTIANO CARLOS MAGALHÃES	026.530.174-23	Setença mantida no TRT - Aguarda decurso de prazo (TRT) - PEDIDO JULGADO PROCEDENTE	REMOTO	10.000,00	10.000,00		
25/10/2023	TIELE DA SILVA GRODERES	011.587.390-28	Setença mantida no TRT - Aguarda decurso de prazo (TRT) - PEDIDO JULGADO PROCEDENTE	REMOTO	100.000,00	100.000,00		
06/08/2024	CARLOS EDUARDO DE CARVALHO	905.148.901.34	Sentença procedente. Aguarda julgamento RO.	PROVÁVEL	59.000,00			59.000,00
06/08/2024	CARLOS EDUARDO DE CARVALHO	905.148.901.34	Aguarda sentença.	POSSÍVEL	120.000,00		120.000,00	
31/10/2017	LINS UMA DO NASCIMENTO	851.755.441-87	A CELG D já garantiu o juízo, não havendo o que ser pago pela CELGP. Por isso, o valor foi zerado (REMOTO). Aguardando julgamento de Agravo de Petição.	REMOTO	525.616,80	0,00		
					840.810,58	110.000,00	120.000,00	73.000,00
25/05/2016	GLEYSOM RODRIGUES FERRAS/ GRACIONEZ DA SILVA/ VALDECY DA SILVA	892.503.971-00/ 412.651.141-53	AGUARDA SENTENÇA	POSSÍVEL	1.319.452,00		75.000,00	
02/05/2008	ASSOCIAÇÃO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA - UNIVERSO	28.638.393/0001-82	Aguarda julgamento das apelações das partes. Sentença improcedente na Ação Declaratória. E procedente na reconvenção.	REMOTO	2.000,00	2.000,00		
29/08/2018	CLEIDSTON LUIS SILVA e outros	514.958.801-68 E OUTROS	Aguarda finalização de perícia.	REMOTO	484.587,81	90.000,00		
29/02/2024	BEST ENERGY & ENGINEERING LTDA	44.694.340/0001-35	Aguardando a Best impugnar a defesa.	POSSÍVEL e PROVÁVEL	1.423.293,00		1.223.293,00	200.000,00
04/05/2016	JOANA DARCI SANTANA TABANEZ	013.892.641-73	Sentença reformada. Aguarda julgamento EDcl da CELGP.	PROVÁVEL	35.000,00			35.000,00
27/06/2023	JOAQUIM FERREIRA GOMES FILHO	324.532.801-04	Aguardando sentença.	REMOTO	52.546,87	52.546,87		
30/11/2012	UNIÃO FEDERAL e ANEEL	02.270.669/0001-29	A CELGP requer o reconhecimento do direito à prorrogação do contrato de concessão - Geração de Energia Elétrica. Aguarda julgamento apelação.	POSSÍVEL	10.000,00		32.000,00	
09/01/2017	HELIO MAR PALHARES PEDROSA	326.936.131-91	Aguardando julgamento reexame necessário - PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE	REMOTO	1.000,00	1.000,00		
14/12/2016	HELIO MAR PALHARES PEDROSA E JESUS DIVINO BARBOSA DE SOUZA	326.936.131-92/ 262.208.811-68	Aguardando julgamento recurso de apelação - PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE	REMOTO	10.000,00	10.000,00		
04/12/2015	HELIO MAR PALHARES PEDROSA	326.936.131-93	Aguardando julgamento recurso - PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE	REMOTO	10.000,00	10.000,00		
					3.347.879,68	165.546,87	1.330.293,00	235.000,00
				TOTAL	4.188.690,26	275.546,87	1.450.293,00	308.000,00

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 4.5 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

**INDICAR O VALOR TOTAL PROVISIONADO, SE HOUVER, DOS
PROCESSOS DESCRITOS NO ITEM 4.4**

Os valores encontram-se indicados na planilha do item 4.4

4.6 Processos sigilosos relevantes

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 4.6 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

EM RELAÇÃO AOS PROCESSOS SIGILOSOS RELEVANTES EM QUE O EMISSOR OU SUAS CONTROLADAS SEJAM PARTE E QUE NÃO TENHAM SIDO DIVULGADOS NO ITEM 4.4, ANALISAR O IMPACTO EM CASO DE PERDA E INFORMAR OS VALORES ENVOLVIDOS

Não aplicável.

4.7 Outras contingências relevantes

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 4.7 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

OUTRAS CONTIGÊNCIAS RELEVANTES

Não aplicável.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGP
ITEM 5.1 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

5.1 Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:
<p>a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política</p> <p>A Celgpar possui política formalizada de gerenciamento de riscos, devidamente formalizada no âmbito da 179ª Reunião do Conselho de Administração, ocorrida em 07 de outubro de 2022.</p>
<p>b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:</p>
<p>i. os riscos para os quais se busca proteção</p> <p>Conforme artigo 7º da política de gerenciamento de riscos, a Celgpar busca proteção para as seguintes categorias de riscos:</p> <p>I – Estratégicos – riscos decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da Unidade em proteger-se ou adaptar-se às mudanças que possam interromper o alcance de objetivos e a execução da estratégia planejada;</p> <p>II – De Conformidade – riscos decorrentes do órgão/entidade não ser capaz ou hábil para cumprir com as legislações aplicáveis ao seu negócio e não elabore, divulgue e faça cumprir suas normas e procedimentos internos;</p> <p>III – Financeiros – riscos decorrentes da inadequada gestão de caixa, das aplicações de recursos em operações novas/desconhecidas e/ou complexas de alto risco;</p> <p>IV – Operacionais – riscos decorrentes da inadequação ou falha dos processos internos, pessoas ou de eventos externos;</p> <p>V – Ambientais – riscos decorrentes da gestão inadequada de questões ambientais, como por exemplo: emissão de poluentes, disposição de resíduos sólidos e outros;</p> <p>VI – De Tecnologia da Informação – riscos decorrentes da indisponibilidade ou inoperância de equipamentos e sistemas informatizados que prejudiquem ou impossibilitem o funcionamento ou a continuidade normal das atividades da instituição. Representado, também, por erros ou falhas nos sistemas informatizados ao registrar, monitorar e contabilizar corretamente transações ou posições;</p> <p>VII – De Recursos Humanos – riscos decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da instituição em gerir seus recursos humanos de forma alinhada aos objetivos estratégicos definidos.</p>

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

<p>ii. os instrumentos utilizados para proteção</p> <p>Conforme artigo 4º da política de gerenciamento de riscos, a Celgpar utiliza os seguintes instrumentos:</p> <ul style="list-style-type: none">I – a identificação de eventos em potencial que afetem a consecução dos objetivos institucionais;II – o alinhamento do apetite ao risco com as estratégias adotadas;III – o fortalecimento das decisões em resposta aos riscos;IV – o aprimoramento dos controles internos administrativos.
<p>iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos¹</p> <p>Conforme artigo 10º da política de gerenciamento de riscos, é de competência da Secretaria Executiva de <i>Compliance</i> da Celgpar:</p> <ul style="list-style-type: none">I – a escolha dos processos de trabalho que devam ter os riscos gerenciados e tratados com prioridade em cada área técnica, considerando a dimensão dos prejuízos que possam causar;II – os níveis de risco aceitáveis;III – quais riscos deverão ser priorizados para tratamento por meio de ações de caráter imediato, a curto, médio ou longo prazos ou de aperfeiçoamento contínuo;IV – as ações de tratamento a serem implementadas, assim como o prazo de implementação e avaliação dos resultados obtidos.
<p>c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada</p> <p>Conforme descrito no item b.iii.</p>

¹ A descrição deve contemplar (a) a indicação dos órgãos de administração, comitês ou outras estruturas assemelhadas; (b) discriminação das responsabilidades específicas de cada um desses órgãos, comitês ou de estruturas assemelhadas, e de seus membros, no gerenciamento de riscos; e (c) a estrutura hierárquica de tais órgãos, comitês ou estruturas assemelhadas.

5.2 Descrição dos controles internos

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGP ITEM 5.2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

- a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A CELGP adota uma abordagem metodológica robusta e interconectada para avaliar e aprimorar seus controles internos relacionados ao custeio e à gestão de informações. Iniciamos com o mapeamento minucioso de todos os processos envolvidos, desde a entrada até a saída, documentando não apenas as operações essenciais, mas também os controles internos associados. Essa etapa é fundamental para identificar pontos de vulnerabilidade e áreas que exigem maior atenção.

Posteriormente, utilizamos uma matriz de riscos para classificar e priorizar os potenciais riscos inerentes aos processos de custeio e gestão de informações. Essa ferramenta nos permite concentrar nossos esforços nos riscos mais significativos, garantindo uma alocação eficiente de recursos para mitigação e controle.

Além disso, conduzimos testes substanciais e de controles para verificar a eficácia e adequação dos controles internos existentes. Esses testes envolvem avaliações diretas dos controles, bem como a realização de procedimentos substantivos para assegurar a integridade e precisão das informações financeiras e gerenciais.

No contexto específico da conformidade com a LGPD, implementamos medidas adicionais para proteger os dados pessoais e garantir conformidade com as disposições da legislação. Isso inclui o mapeamento detalhado dos processos de tratamento de dados pessoais, a avaliação aprofundada dos riscos associados a esses processos e a realização de testes específicos nos controles internos relacionados à proteção de dados pessoais.

Estamos comprometidos com a melhoria contínua de nossos controles internos e atualizamos regularmente nossas práticas e procedimentos para garantir conformidade com as regulamentações e padrões relevantes. Com relação a eventuais imperfeições, elas serão apresentadas no item 5.d, e comentários da Administração para a sua correção reportadas no item 5.e.

Por fim, cumpre-nos destacar que a CELGP possui Política de Gestão de Riscos devidamente formalizada pelo seu Conselho de Administração.

5.2 Descrição dos controles internos

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A estrutura de gerenciamento de controles internos da CELGPAR é abrangente e bem definida. Envolve diversas áreas da companhia e órgãos da administração. O monitoramento do sistema de controles internos é realizado por meio de coordenação entre as áreas funcionais e os órgãos de governança. Essa estrutura garante uma supervisão eficaz e uma comunicação transparente sobre questões relacionadas aos controles internos

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O grau de eficiência dos controles internos é supervisionado e reportado dentro da organização por meio de uma estrutura clara de responsabilidades. As pessoas responsáveis pelo acompanhamento da evolução das práticas e deficiências de controles internos ao longo do tempo ocupam cargos designados para garantir uma supervisão eficaz e uma comunicação transparente, estando elas designadas nas áreas de Auditoria Interna e Controladoria. Além dos trabalhos planejados no Plano Anual de Auditoria Interna, integramos o fluxo dos processos em todas as atividades, garantindo uma abordagem integrada e eficiente na identificação e mitigação de riscos.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Verificar as deficiências e recomendações abaixo.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Verificar os comentários dos diretores abaixo, sendo que das 5 (cinco) deficiências apontadas, 3 (três) foram classificadas como deficiências significativas e 2 (duas) como não significativas.

5.2 Descrição dos controles internos



COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR

**CONTROLES INTERNOS, PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS E
RECOMENDAÇÕES
(RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO)**

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Página | 1

Rua Dom Vital, 115, salas 11, 12, 13, 14 e 15, Farol, Cep 57.051-200, Maceió/AL – Brasil – Fone: +55 (82) 3023-0179
www.convicta.net.br
CNPJ nº 03.061.922/0001-05

5.2 Descrição dos controles internos



COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP

CONTROLES INTERNOS, PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS E RECOMENDAÇÕES (RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO)

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Conteúdo:

✓	Informações Iniciais	3
✓	Apresentação	6
✓	Metodologia de Trabalho.....	8
✓	Controles Internos, Procedimentos Contábeis e Recomendações.....	12
	1 Apólices de Seguros.....	12
	2 Nível de Segurança da Barragem da UHE Rochedo.....	13
	3 Resposta de Circularização dos Advogados	15
	4 Mapeamento e Implementação de Procedimentos Operacionais.....	16
	5 Formalização do Plano de Contingência e Política de Segurança TI	17
✓	Conclusões.....	19

5.2 Descrição dos controles internos



COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP

CONTROLES INTERNOS, PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS E RECOMENDAÇÕES (RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO)

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

✓ Informações Iniciais

Em conexão com o trabalho de auditoria independente das demonstrações financeiras societárias, individuais e consolidadas, da Companhia Celg de Participações - CELGP, levantadas em 31 de dezembro de 2024, analisamos os documentos durante o período de 10 de fevereiro a 10 de março de 2025, inclusive com visita "in-loco" no interstício de 17 a 21 de fevereiro de 2025.

Nosso trabalho foi realizado segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas à auditoria independente, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), seguindo padrões usuais de auditoria, incluindo, conforme o caso, aplicação de testes e exames, por amostragem, sobre as operações, livros, registros, documentos e posições contábeis, numa base seletiva e por amostragem, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias.

De forma subsidiária aos objetivos do trabalho, relacionamos neste relatório, quando aplicáveis, os achados anotados no curso do mesmo e que entendemos conveniente destacar, sobre os controles internos e os procedimentos contábeis, para informação e providências, da companhia, caso se façam necessárias.

As recomendações apresentadas têm por finalidade contribuir para o aperfeiçoamento dos controles internos e os procedimentos contábeis, propiciando à administração, da companhia, maior segurança sobre as transações realizadas e respectivas contabilizações, bem como sobre o valor, guarda e proteção dos ativos.

Considerando que nosso trabalho foi realizado em base de testes e por amostragem, para o período-base de 31 de dezembro de 2024, este relatório não constitui garantia de inexistência de erros, fraudes ou imprecisões, além daqueles mencionados. Assim, outras recomendações e observações poderão ser originadas em futuros trabalhos.

O objetivo desse trabalho consiste na emissão de relatório circunstanciado com os achados especificamente identificados durante a realização do nosso trabalho de auditoria independente, tecnicamente denominados de constatações factuais, cujos procedimentos foram aplicados em conexão com o trabalho de auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, findas em 31 de dezembro de 2024.

Página | 3

Rua Dom Vital, 115, salas 11, 12, 13, 14 e 15, Farol, Cep 57.051-200, Maceió/AL – Brasil – Fone: +55 (82) 3023-0179

www.convicta.net.br

CNPJ nº 03.061.922/0001-05

5.2 Descrição dos controles internos



Não temos conhecimento de qualquer relacionamento entre a Convicta Auditores Independentes S/S e a Companhia Celg de Participações - CELGP, que em nossa opinião profissional possa razoavelmente influenciar nossa independência, confirmando que somos uma firma de auditoria independente em relação à citada companhia, de acordo com as normas profissionais existentes sobre independência no Brasil, emitidas pelo CFC.

A nossa análise destina-se exclusivamente à finalidade exposto nos parágrafos anteriores, não devendo ser utilizada para qualquer outro fim ou distribuída a terceiros que não tenham assumido responsabilidade pela sua suficiência, ou que não tenham concordado com os procedimentos aqui descritos.

5.2 Descrição dos controles internos



✓ Apresentação

5.2 Descrição dos controles internos



✓ Apresentação

Firma de Auditoria

Nome empresarial:	CONVICTA Auditores Independentes S/S Ltda
Endereço:	Rua Dom Vital, 115, sala 15, Farol, Cep: 57.051-200, Maceió - Alagoas – Brasil – Fone: +55 (82) 3023-0179
Inscrições:	CNPJ nº 03.061.922/0001-05 CRC/AL nº 196 I CVM nº 7.706 I CNAI-PJ nº 62 CVM/SUSEP/BACEN/OCB/IBRACON/ICBR/IIA BRASIL/MP-AL
Responsável Técnico:	Carlos Henrique do Nascimento Contador – CRC/AL nº 3.376 - CNAI nº 594

Companhia Auditada

Nome empresarial:	Companhia Celg de Participações - CELGP
Sede:	Rua 88-A, nº 116, Quadra F-37, Lote 13, Setor Sul, Cep 74.805-020, Goiânia – Goiás - Brasil
Inscrição:	CNPJ nº 08.560.444/0001-93
Diretor Presidente:	Jose Fernando Navarrete Pena
Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores	Marcos Roberto Silva
Diretora de Gestão Corporativa	Anita Luzia de Souza Pinheiro da Costa Belchior
Diretor Técnico e Comercial	Otaviano Vianna Neto
Contador:	Cleiton Silva Ferreira CRC-GO 18.721/O-6

5.2 Descrição dos controles internos



✓ Metodologia de Trabalho

5.2 Descrição dos controles internos



✓ Metodologia de Trabalho

O trabalho foi realizado em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) aplicáveis à auditoria independente, instituídas pelas resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), normativos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e em consonância com a legislação vigente, envolvendo a análise, por amostragem, das operações realizadas juntamente com seus respectivos registros contábeis, através da documentação probante e outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias, em grau e profundidade suficiente à emissão deste relatório em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, findas em 31 de dezembro de 2024.

Utilizamos os procedimentos representativos da técnica de seleção de amostragem indicada para esse tipo de trabalho, inclusive efetuando a análise de controles internos relevantes, na companhia, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias.

Nosso trabalho foi desenvolvido obedecendo uma linha de ação sequenciada, tendo como objetivo precípuo a constatação do atendimento das finalidades, conforme exposto a seguir:

- a) Planejamento dos trabalhos de auditoria;
- b) Contatos com os responsáveis pelas áreas: contábil, administrativa e financeira, envolvidos com a movimentação dos recursos, registros contábeis e documentos, para um melhor entendimento das operações realizadas;
- c) Avaliação dos sistemas de controles internos relevantes, visando a constatação de sua segurança;
- d) Análise das transações praticadas, com a finalidade de conhecer os principais fluxos de documentos e informações, bem como as funções relevantes de seus controles internos;
- e) Leitura das atas das reuniões das assembleias gerais, dos conselhos e comitê de auditoria estatutário, quando existentes, e indagação sobre assuntos tratados nas reuniões, para os quais as atas não estão disponíveis, que possam afetar as demonstrações financeiras;
- f) Consideração do efeito, se houver, de assuntos que dão origem a uma modificação do relatório de auditoria, ajustes contábeis ou distorções não ajustadas, na época da auditoria ou das revisões anteriores;
- g) Aplicação de procedimentos analíticos com vistas a identificar relações e itens individuais que não usuais e que podem refletir distorção relevante nas demonstrações financeiras;

5.2 Descrição dos controles internos



- h) Testes das transações escrituradas na contabilidade, com base nos relatórios, livros e demonstrativos contábeis, a fim de avaliar a sua consistência e o cumprimento dos normativos e dispositivos legais;
- i) Análise das demonstrações financeiras auditadas das controladas, coligadas e controladas em conjunto, quando aplicáveis, no intuito de avaliar o cálculo da equivalência patrimonial;
- j) Avaliação sobre saldos de rubricas integrantes das demonstrações financeiras, com objetivo de avaliar suas consistências;
- k) Avaliação da base contábil de continuidade operacional usada pela administração;
- l) Revisão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com vistas a identificar fato que leve a acreditar que, as demonstrações financeiras não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura do relatório financeiro aplicável;
- m) Indagação aos membros da administração responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e outros, conforme apropriado, sobre:
 - o se as demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável;
 - o se houve alguma alteração nas práticas contábeis;
 - o se as demonstrações financeiras contêm alguma distorção conhecida não ajustada;
 - o premissas significativas que são relevantes para a mensuração ou divulgação do valor justo e a intenção;
 - o mudanças significativas nos compromissos e obrigações contratuais;
 - o mudanças significativas nos passivos contingentes, incluindo litígios ou reclamações;
 - o transações significativas que ocorreram nos últimos dias do exercício ou nos primeiros dias do exercício seguinte;
 - o conhecimento de alguma fraude ou suspeita de fraude que afeta a companhia, envolvendo:
 - a administração;
 - os empregados que tenham papéis significativos no controle interno; ou
 - outros nos quais a fraude poderia ter efeito relevante nas demonstrações financeiras.
 - o conhecimento de quaisquer alegações ou suspeitas de fraude que afetam as demonstrações financeiras da companhia comunicada pelos empregados, ex-empregados, analistas, reguladores, entre outros;
 - o conhecimento de qualquer não cumprimento, real ou possível, de leis ou regulamentos que poderia ter efeito relevante nas demonstrações financeiras;
 - o aplicação de procedimentos analíticos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas que visam identificar relações e itens individuais que parecem ser não usuais e que podem refletir uma distorção relevante nas demonstrações financeiras; e

5.2 Descrição dos controles internos



- Análise da base contábil de continuidade operacional usada pela administração, e se ela inclui todas as informações relevantes que o auditor tomou conhecimento como resultado da auditoria, cobrindo o mesmo período utilizado pela administração para fazer sua avaliação, de doze meses a partir da data das demonstrações contábeis

5.2 Descrição dos controles internos



✓ **Controles Internos, Procedimentos Contábeis e
Recomendações
(Relatório Circunstanciado)**

5.2 Descrição dos controles internos



✓ Controles Internos, Procedimentos Contábeis e Recomendações

Em atendimento ao contrato de prestação de serviço celebrado entre as partes, e em conexão com o trabalho de auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, findas em 31 de dezembro de 2024, apresentamos o presente relatório circunstanciado, que trata dos controles internos, procedimentos contábeis e recomendações. Ressaltamos que alguns exames foram efetuados em operações de outros períodos por necessidade do nosso trabalho.

Nossa verificação concentrou-se na análise, por amostragem, das rotinas executadas, dos registros e saldos contábeis, da documentação pertinente, das operações realizadas e nos controles internos relevantes, quando necessário.

A seguir apresentamos os pontos considerados relevantes e/ou merecedores de destaque, no período-base analisado, que estão apresentados em milhares de reais, salvo quando expresso e indicado em outra unidade monetária.

Deficiência Significativa

1 Seguros dos Principais Ativos Contratos de Concessão Apólices de Seguros

Observamos que no período findo em 31 de dezembro de 2024, a companhia não mantinha apólice vigente de seguro operacional *all risks* dos bens e instalações vinculadas aos contratos de concessão das atividades relacionadas a geração de energia elétrica da UHE São Domingos e UHE Rochedo, uma vez que não encontrou no mercado, seguradora interessada em endossar seguro patrimonial para esses ativos.

Acerca do assunto, a companhia apresentou esclarecimentos quanto as ações tomadas no intuito de sanar/mitigar os riscos associados a ausência de seguros para tais bens, inclusive com o auxílio de empresas corretoras terceirizadas.

Assim, recomendamos que a companhia continue a realizar esforços e ações no sentido de segurar, endossar e/ou renovar as apólices, mitigando os riscos operacionais, financeiros e patrimoniais, relacionados aos bens e instalações dos contratos de concessão da UHE São Domingos e da UHE Rochedo.

Comentários da Administração: Conforme já exposto na reunião presencial com a equipe da auditoria externa, informo que está em andamento os trâmites para contratação de seguro operacional para as UHEs Rochedo e São Domingos. Nesse sentido, foi instruído o processo administrativo – 10414-2024 (17/06/2024) para contratação, via pregão eletrônico (disputa aberta), do referido seguro. Conforme Termo de Homologação de 09/09/2024, o certame restou deserto. Diante desse cenário, estamos prospectando no mercado, seguradoras que estejam dispostas a apresentarem propostas, e, posteriormente emitir as apólices.

5.2 Descrição dos controles internos



2 Segurança da Barragem da UHE Rochedo Monitoramento e Ações Corretivas da Barragem Nível de Segurança da Barragem da UHE Rochedo

Identificamos que a companhia realizou estudo sobre a estabilidade da UHE Rochedo (GP2665 – RE-INS-2665-001_rev06), datado de fevereiro de 2024, decorrente de Inspeção de Segurança Regular da Barragem (ISR), e emitido pela empresa Geoprojetos Engenharia Ltda., apresentou a seguinte conclusão:

Pelas condições levantadas na inspeção de segurança regular (ISR) nos dias 16 e 17 de agosto de 2023 e tendo como base o preenchimento das fichas de inspeção de acordo com a Resolução Normativa ANEEL Nº 1.064, a PCH Rochedo está classificada como de CLASSE "A", ou seja, requerendo monitoramento adequado, e reparos das anomalias apontadas nas fichas de inspeção.

O Nível de Segurança da Barragem é uma graduação dada à barragem em função do comprometimento de sua segurança decorrente do efeito conjugado das anomalias identificadas nas fichas de inspeção e também indicadas na Tabela 8, principalmente, o fluxo de água pela fundação do muro de encontro, existindo o carreamento de finos através deste ponto e através de drenos próximos ao muro. Seguindo a nomenclatura e definições apresentadas na resolução normativa ANEEL nº 1.064, de 2 de maio de 2023 (§ 2º do art. 9º), consideramos que a barragem da Usina Rochedo se encontra com o nível de segurança de ATENÇÃO, quando as anomalias não comprometem a segurança da barragem no curto prazo, mas exigem monitoramento, controle ou reparo no decurso do tempo.

A inspeção realizada teve uma particularidade que pode retratar de forma inadequada as condições atuais de segurança da barragem, que foi o deplecionamento do reservatório devido ao travamento da comporta do vertedouro de emergência na condição de parcialmente aberta.

A necessidade de se proceder as correções indicadas principalmente na região do contato da barragem de terra e o muro ala da barragem do concreto, trecho normalmente vulnerável nesse tipo de arranjo, deve ser estudada e o mais rápido ser executada.

A modificação do arranjo no que se refere ao vertedouro auxiliar, que está sendo avaliado a sua demolição e a construção no seu local um vertedouro de soleira livre vai aumentar a capacidade de vazão de todo o vertedouro melhorando as condições de operação da PCH Rochedo.

Todos os aspectos de recuperação das estruturas estão contidos no relatório RE- 2665-002 de estabilidade e alternativas de recuperação das barragens.

Sobre a necessidade de atualização do estudo da condição de estabilidade, tanto o relatório da ISB que trata de revisão periódica de segurança de barragem (RPSB), quanto o relatório elaborado pela Geoprojetos (RL-BAS-2665-001), recentemente, indicam os fatores de segurança não atendem aos critérios de projeto recomendados pela Eletrobrás (2003), desta forma foram adequadas seções onde para todas as condições de carregamento foram atendidos os fatores de segurança. Os desenhos do projeto básico apresentam para todas as seções a nova geometria.

5.2 Descrição dos controles internos



A companhia contratou empresa especializada e deu início as ações de reparo e recuperação indicadas e definidas a luz do relatório do estudo de estabilidade das barragens de terra e concreto – apresentação das alternativas de recuperação (GP2665 – RE-CON-2665-002-R04), datado de fevereiro de 2024, da Geoprojetos Engenharia Ltda, que expôs à seguinte conclusão:

Após estudo das quatro alternativas para barragem de terra, e as duas alternativas para o vertedouro de soleira livre na margem esquerda, a GEOPROJETOS indicou que utilize uma alternativa conjunta (Alternativa 1 + Alternativa 4) para a barragem de terra e a Alternativa 1 para a barragem da margem esquerda (Vertedouro de soleira livre), o que foi seguido pela CELGP.

Os resultados obtidos nas análises das estruturas de terra e de concreto mostram que todas as estruturas analisadas atendem aos critérios de projeto da ELETROBRAS (2003).

Destarte, recomendamos que a companhia realize as ações de controle, monitoramento e reparos das anomalias apontadas nas fichas de inspeção do estudo sobre a estabilidade da UHE Rochedo (GP2665 – RE-INS-2665-001_rev06) e implante as alternativas apresentadas e definidas no estudo de estabilidade das barragens de terra e concreto – apresentação das alternativas de recuperação (GP2665 – RE-CON-2665-002-R04), com objetivo de mitigar os riscos atuais.

Comentários da Administração: O contrato da obra de reforço da barragem da Usina Rochedo (VPRI-PRGE nº 005/2025), cujo escopo abrange todas as atividades necessárias ao retorno da barragem ao status "Normal" como: o reforço do vertedouro principal e demolição do vertedouro auxiliar, os tratamentos na barragem de concreto, o reforço da barragem de terra e do muro de encontro e outros serviços (tratamentos de outras estruturas, alteamento das paredes laterais da escada de peixe, etc.), foi elaborado no dia 09 de janeiro de 2025, tendo sido assinado pela empresa Fraga Construções e Engenharia e pela CELGP no dia 16 de janeiro. Durante o mês de fevereiro, a Contratada e sua projetista realizaram uma visita técnica na usina, abrangendo toda a área de instalação das estruturas, com ênfase às principais anomalias e às barragens, órgãos extravasores e adutores, além do reconhecimento dos reservatórios e vale de jusante, para um conhecimento do empreendimento e das suas condições de segurança estrutural, e estudaram os documentos técnicos fornecidos pela CELGP sobre as anomalias existentes e acerca da obra. Atualmente, estamos em fase de realização de levantamentos de campo e ensaios para o início da elaboração dos produtos do projeto executivo. A mobilização da obra está prevista para ser concluída em maio/2025, e a conclusão de todo o escopo contratado, para novembro/2025.

5.2 Descrição dos controles internos



3 Circularização dos Advogados Resposta de Circularização dos Advogados

Constatamos inconsistências em prognósticos de processos em andamento, na companhia, quando da resposta da carta de circularização dos advogados internos, conforme exposto no quadro a seguir:

SIS FARE											VALOR		
DATA DISTRIBUIÇÃO	RECLAMANTE/AUTOR	CPF/CNPJ	DESCRIÇÃO	VARIA	NATUREZA	OBJETO	FASE PROCESSUAL	RESPOSTA	POSSIBILIDADE FÉRTIL	VALOR DA CAUSA	REMETIDO	POSSÍVEL	PROVÁVEL
29/02/2024 (3)	BOIT ENERGY & ENGINEERING	14.984.340/0001-38	Processo nº 5136054-03.2024.6.03.0000	Góndia - 2ª Inst Civil	CIVIL	A Best pediu o pagamento de multa contratual	Instaurada	Aguardando a Best impugnar a defesa.	POSSÍVEL e PROVÁVEL	1.423.300		1.223.300	200.000

(a) Processo cível: verificamos que a descrição do prognóstico ficou como "possível e provável", ou seja, sem definição objetiva quanto a classificação no referido processo.

A falta de uniformidade nas definições das classificações dos prognósticos pode gerar informações desencontradas e consequentemente afetar as informações contábeis, além de indicar fragilidade nos controles internos.

Diante disso, recomendamos que a companhia realize revisão de seus processos, rotinas e controles, quanto a análise, definição e classificação dos prognósticos de suas ações cíveis, trabalhistas, tributárias e/ou ambientais, e em linha com o disposto no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, bem como orientamos que a companhia analise, revise e adeque os prognósticos apresentados neste tópico, como forma de aperfeiçoar seus controles internos e reporte das informações contábeis.

Comentários da Administração:

5.2 Descrição dos controles internos



Outras Deficiências

4 Ambiente de Controle e Procedimentos de TI (Tecnologia da Informação) Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD – Lei nº 13.709/2018 (alterada pela Lei nº 13.853/2019) Mapeamento e Implementação de Procedimentos Operacionais

Verificamos que embora a companhia disponha de política interna formalizada que disciplina temas abordados na LGPD e relacionados ao seu ambiente de TI, os processos ainda estão sendo mapeados e consequentemente não foram implementados, com o objetivo de atender a referida lei, em especial quanto a:

- Provar que o consentimento dos dados foi obtido em conformidade com a LGPD;
- Manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realize;
- Elaborar relatório de impacto à proteção de dados;
- Descrever os tipos de dados coletados;
- Descrever a metodologia utilizada para a coleta de dados;
- Descrever a metodologia utilizada para garantir a segurança das informações;
- Avaliar de forma permanente as salvaguardas e mecanismos de mitigação de riscos adotados;
- Aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;
- Receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências;
- Orientar os funcionários e os contratados da organização a respeito das práticas a serem tomadas;
- Executar as demais atribuições estabelecidas em normas complementares emitidas pela autoridade nacional etc.

Por conseguinte, **recomendamos** que a companhia, após concluir a fase de mapeamento, proceda as ações necessárias para adequar seu ambiente de TI, com objetivo de atender ao previsto na LGPD, mitigando os riscos operacionais e de sanções da Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais (ANPD), quanto ao não cumprimento das exigências legais do referido normativo.

Comentários da Administração: Atenderemos a recomendação em um prazo de 180 dias, serão realizados mapeamentos da parte de sistêmica em conjunto com a implantação de novo ERP (sistema de software que ajuda as organizações a otimizar seus principais processos de negócios), o mesmo encontra-se em fase de implantação. Ademais quanto arquivos e segurança iniciaremos os mapeamentos de forma imediata, com prazo acima citado.

5.2 Descrição dos controles internos



5 Ambiente de Controle e Procedimentos de TI (Tecnologia da Informação) Plano de Contingência e Política de Segurança TI Formalização do Plano de Contingência e Política de Segurança TI

A adoção de ações preventivas planejadas, como o plano de contingência de TI e a política de segurança da informação, são medidas importantes para mitigar riscos de TI ou até mesmo eliminá-los. Esses procedimentos visam o tratamento de incidentes de segurança, com o objetivo de minimizar o risco de inoperância ou paralisação dos componentes e processos essenciais ao negócio.

O plano de contingência de TI é um documento estratégico que define diretrizes e decisões a serem tomadas para reduzir os impactos negativos causados por cenários adversos, como: falhas no sistema, fraudes, crimes cibernéticos, perda de dados etc.); inclusive ajuda a garantir a continuidade das operações da companhia em situações inesperadas.

Embora o plano de contingência de TI tenha sido elaborado, assim como a política de segurança da informação, ambos ainda não foram devidamente formalizados (aprovados pela instância competente).

Portanto, recomendamos que a companhia formalize a aprovação do plano de contingência de TI e da política de segurança da informação, com o objetivo de garantir a aplicabilidade desses normativos internos na mitigação de riscos e no aprimoramento dos controles internos de TI.

Comentários da Administração: Ambos os documentos serão revisados e atualizados atendendo a demandas recentes da companhia, em seguida será encaminhado para aprovação junto a diretoria colegiada com prazo para 18 de março de 2025.

5.2 Descrição dos controles internos



✓ Conclusões

5.2 Descrição dos controles internos



✓ Conclusões

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Celg de Participações - CELGP
Goiânia - GO

Prezados(as) Senhores(as),

A priori, cumpre-nos informar que as constatações factuais observadas no presente relatório, são apresentadas no intuito de auxiliar a Companhia Celg de Participações S/A – CELGP na melhoria dos seus processos, rotinas e controles internos, bem como subsidiá-la no cumprimento das legislações pertinentes aplicadas às atividades desenvolvidas e observância as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade.

No curso de nossos exames, através da análise, por amostragem, dos controles internos relevantes, livros, registros e da documentação probante, que foram apresentados pela companhia, relativos as informações contábeis findas em 31 de dezembro de 2024, concluímos que existe a necessidade de adequação e de melhoria nos procedimentos, controles e processos internos, com vistas a uma maior consistência dos seus controles internos e informações geradas, objetivando dotar sua administração, cada vez mais de informações íntegras e fidedignas, maior segurança as suas operações e a salvaguarda de seus ativos.

Ressalte-se que melhorias são necessárias nos processos, rotinas e controles internos, das companhias, bem como são partes de um processo contínuo, no qual todas estão inseridas e devem buscar de forma constante.

Maceió/AL, 14 de março de 2024.

Assinado de forma digital por
CONVICTA AUDITORES
INDEPENDENTES S S
LTDA:03061922000105
Dados: 2025.04.10 09:45:44
-03'00'

CONVICTA
Auditores Independentes S/S
CRC/AL nº 196 | CVM nº 7.706 | CNAI-PJ nº 62

Assinado de forma digital por
CARLOS HENRIQUE DO
NASCIMENTO:259126904
15
Dados: 2025.04.10 09:46:06 -03'00'

Carlos Henrique do Nascimento
Contador
CRC/AL nº 3.376 | CNAI nº 594

Página | 19

5.3 Programa de integridade

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 5.3 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

5.3 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Os mecanismos estão previstos nas seguintes políticas: Política de Gerenciamento de Riscos e Política Anticorrupção da Celgpar, aprovada pelo seu Conselho de Administração na sua 179ª Reunião, ocorrida em 07 de outubro de 2022.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

As estruturas organizacionais diretamente envolvidas são a Auditoria Interna e a Controladoria-Geral, as quais as atribuições abaixo relacionadas foram formalmente aprovadas. A Auditoria Interna e a Controladoria se reportam diretamente à Presidência, com total independência entre os gestores.

Atribuições da Auditoria Interna:

1. Assessorar a alta Administração, buscando agregar valor à gestão;
2. Acompanhar processos, avaliar resultados da gestão da empresa,

5.3 Programa de integridade

- promover ações de controle e propor ações corretivas para os desvios e inconformidades detectadas;
3. Verificar a adequação e eficiência dos controles internos, a integridade e confiabilidade das informações, registros e dos sistemas estabelecidos para assegurar a observância das políticas, metas, planos, procedimentos, leis, normas e regulamentos;
 4. Avaliar os aspectos voltados para a eficiência, eficácia e economicidade do desempenho e utilização dos recursos, dos procedimentos e métodos de salvaguarda dos ativos e a comprovação de sua existência, assim como a exatidão dos ativos e passivos;
 5. Verificar, avaliar e comparar os aspectos inerentes à compatibilidade das operações e programas com os objetivos, planos e meios de execução estabelecidos;
 6. Realizar suas atividades e trabalhos através de uma abordagem sistemática e disciplinada de forma a avaliar e mensurar a melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança corporativa;
 7. Elaborar e executar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAAI);
 8. Elaborar o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT);
 9. Definir o objetivo, escopo, critérios, abrangência e amostragem dos trabalhos e testes de auditoria, identificando possíveis riscos e pontos críticos existentes;
 10. Registrar, organizar, documentar e referenciar os dados e informações obtidos durante todas as fases da auditoria, em forma de papéis de trabalho;
 11. Manter a documentação de auditoria e os papéis de trabalho organizados, formatados e arquivados durante o tempo necessário para satisfazer as exigências legais e administrativas;
 12. Realizar os trabalhos e testes em todas as áreas da empresa atendendo aos preceitos estabelecidos no planejamento de auditoria, as demandas internas solicitadas pelas Diretorias e Presidência, bem como, atender as solicitações externas de órgãos reguladores e fiscalizadores;

5.3 Programa de integridade

13. Realizar os trabalhos de auditoria considerando e obedecendo as legislações vigentes, normas, padrões e metas estabelecidas, efetuando comparações entre a situação existente frente àquelas estabelecidas nos regulamentos legais, tanto de caráter qualitativo quanto quantitativo;
14. Executar os trabalhos de auditoria de forma a obter as evidências apropriadas e suficientes para respaldar os achados, inconformidades, recomendações e conclusões;
15. Realizar trabalhos de campo, analisar os dados, informações e documentos coletados, validar os possíveis pontos de auditoria, bem como, emitir as recomendações e conclusões por meio do relatório de auditoria;
16. Encaminhar o relatório de auditoria para a área auditada;
17. Promover o acompanhamento e verificar se está ocorrendo ações efetivas no sentido de atender às recomendações propostas pela auditoria interna, ou seja, realizar ações de avaliação e validação - “*follow up*”;
18. Dispor do acesso irrestrito às áreas, informações e documentos a fim de realizar os trabalhos de auditoria;
19. Os trabalhos e testes de auditoria serão realizados por amostragem, obedecendo à critérios e abrangência estabelecidos no planejamento;
20. Participar de treinamentos, cursos e seminários voltados para a capacitação e especialização do responsável da auditoria e equipe de auditores;
21. Exercer outras atividades atinentes a sua área de atuação.

Atribuições da Controladoria-Geral:

1. Atender às demandas internas e externas da Diretoria de Gestão Corporativa, bem como de outras áreas da empresa, relacionadas à gestão financeira e contábil da CELGPAR;
2. Realizar análises financeiras e contábeis detalhadas para embasar a tomada de decisões estratégicas da alta administração;
3. Emitir pareceres técnicos e recomendações embasadas, considerando a legislação aplicável, as políticas internas e as melhores práticas de mercado;
4. Formalizar as determinações das Diretorias por meio de expedientes adequados (tais como Cl’s, Portarias, Resoluções, Ofícios, etc.);

5.3 Programa de integridade

<p>5. Coordenar as atividades relacionadas à preparação e consolidação das demonstrações financeiras da empresa, garantindo a conformidade com os princípios contábeis e as normas regulatórias;</p> <p>6. Avaliar a eficácia dos controles internos financeiros e contábeis, identificando áreas de melhoria e propondo medidas corretivas quando necessário;</p> <p>7. Assegurar a conformidade com as obrigações fiscais, legais e regulatórias, além de promover uma cultura de ética e transparência dentro da empresa;</p> <p>8. Fornecer suporte e orientação às demais áreas da empresa em questões relacionadas à gestão financeira e contábil;</p> <p>9. Manter um relacionamento eficaz com órgãos reguladores, auditores externos e outras partes interessadas, garantindo a transparência e a credibilidade das informações financeiras da CELGPAR;</p> <p>10. Exercer outras atividades atinentes a sua área de atuação.</p>
<p>iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:</p>
<ul style="list-style-type: none"> • se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados <p>A Celgpar possui código de conduta e integridade, devidamente formalizado pelo seu Conselho de Administração na sua 122ª Reunião, ocorrida em 29 de maio de 2018. O código de conduta e integridade abrange a todos os membros da administração, empregados e terceiros.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas <p>As sanções estão previstas no Artigo 23 do Código de Conduta e Integridade e vão desde advertência, suspensão, dispensa com e sem justa causa em relação aos seus colaboradores.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

5.3 Programa de integridade

<p>O código foi aprovado pelo seu Conselho de Administração na sua 122ª Reunião, ocorrida em 29 de maio de 2018. O código encontra-se disponível na rede mundial de computadores por meio do seguinte link: https://celgpar.com/Acessoltem.aspx?165</p>
<p>b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:</p>
<p>i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros</p> <p>Conforme os artigos 31 e 32 do Código de Conduta e Integridade, os canais de denúncia são internos.</p>
<p>ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados</p> <p>Conforme os artigos 31 e 32 do Código de Conduta e Integridade, podem ser feitas denúncias de terceiros e/ou por empregados.</p>
<p>iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé</p> <p>Sim, conforme artigo 34 do Código de Conduta e Integridade.</p>
<p>iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias</p> <p>Ouvidoria no caso de denúncias externas;</p> <p>Gerência imediata e/ou diretoria, no caso de denúncias internas.</p>
<p>c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas¹</p> <p>Não foram confirmados nenhum caso de desvio, fraude, irregularidade e ato ilícito nos três últimos exercícios sociais.</p>
<p>d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou</p>

¹ A indicação pelo emissor dos casos independe de decisão administrativa ou judicial sobre os fatos detectados.

5.3 Programa de integridade

práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5.4 Alterações significativas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 5.4 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS

Não ocorreram alterações significativas nas políticas de gerenciamento de riscos no exercício social encerrado em 2024, no âmbito da Celgpar.

5.5 Outras informações relevantes

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 5.5 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Não aplicável.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS						
01.409.580/0001-38	Brasil	Não	Sim	17/08/2023		
Não	GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS		Juridica	01.409.580/0001-38		
79.598.660	99,902	0	0,000	79.598.660	99,902	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
77.842	0,098	0	0,000	77.842	0,098	
TOTAL						
79.676.502	100,000	0	100,000	79.676.502	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS				01.409.580/0001-38		
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
79.598.660	100,000	0	0,000	79.598.660	100,000	
TOTAL						
79.598.660	100,000	0	100,000	79.598.660	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	29/04/2025
Quantidade acionistas pessoa física	418
Quantidade acionistas pessoa jurídica	94
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	77.842	0,098%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	77.842	0,098%

6.4 Participação em sociedades

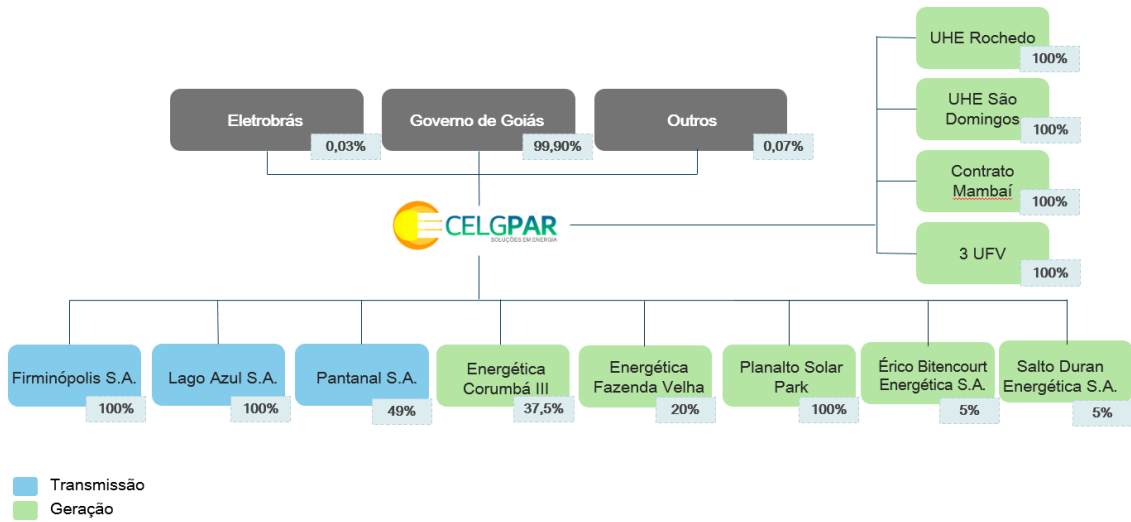
Denominação Social	CNPJ	Participação do emisor (%)
ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A.	04.631.430/0001-62	37,500000
ENERGÉTICA FAZENDA VELHA S.A.	11.792.420/0001-74	20,000000
FIRMINÓPOLIS TRANSMISSÃO S.A.	24.253.735/0001-95	100
LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.	19.698.987/0001-98	100
PANTANAL TRANSMISSÃO S.A.	18.726.961/0001-43	49,000000
PLANALTO SOLAR PARK S.A.	27.509.809/0001-08	100
ÉRICO BITTENCOURT ENERGÉTICA S.A.	59.955.545/0001-02	5
SALTO DURAN ENERGÉTICA S.A.	60.101.183/0001-63	5

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPARG ITEM 6.5 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

ORGANOGRAMA DOS ACIONISTAS E DO GRUPO ECONÔMICO

ESTRUTURA SOCIETÁRIA – CELGPARG (Janeiro/2026)



6.6 Outras informações relevantes

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 6.6 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES DO GRUPO ECONÔMICO

Não aplicável.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 7.1 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

7.1.A PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS POLÍTICAS DE INDICAÇÃO E PREENCHIMENTO DE CARGOS, SE HOUVER, E, CASO O EMISSOR A DIVULGUE, LOCAIS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES EM QUE O DOCUMENTO PODE SER CONSULTADO

As políticas de indicação e preenchimento de cargos seguem três vertentes no âmbito da Celgpar:

- 1) Indicações efetuadas pelo acionista controlador para o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, com a verificação do preenchimento de requisitos e identificação de ausência de vedações previstas na Lei 10.303/2016 (Lei das Estatais) e Decreto Estadual nº 10.433/2024, devidamente avaliados no âmbito do Comitê de Elegibilidade e ratificação pela Controladoria-Geral do Estado de Goiás;
- 2) Indicação efetuada pelos empregados para o Conselho de Administração (uma vaga), com a verificação do preenchimento de requisitos e identificação de ausência de vedações previstas na Lei 10.303/2016 (Lei das Estatais) e Decreto Estadual nº 10.433/2024, devidamente avaliados no âmbito do Comitê de Elegibilidade e ratificação pela Controladoria-Geral do Estado de Goiás; e
- 3) Indicação efetuada pelos acionistas minoritários para o Conselho de Administração (uma vaga) e Conselho Fiscal (uma vaga) com a verificação do preenchimento de requisitos e identificação de ausência de vedações previstas na Lei 10.303/2016 (Lei das Estatais) e Decreto Estadual nº 10.433/2024, devidamente avaliados no âmbito do Comitê de Elegibilidade e ratificação pela Controladoria-Geral do Estado de Goiás.

7.1.B SE HÁ MECANISMOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

O principal mecanismo está atrelado ao acompanhamento da execução do Plano de Negócios aprovado anualmente pela Diretoria e conselho de Administração.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- 1) Periodicidade das avaliações e sua abrangência: periodicidade trimestral, abrangendo as linhas delineadas no plano de negócios;
- 2) Metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações: comparação com números índices meta, estipulados no plano de negócios;
- 3) Se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos: não foram contratados no último exercício social.

7.1.C REGRAS DE IDENTIFICAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES

Não aplicável.

7.1.D ABERTURAS POR ÓRGÃO

i.	<p>número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero</p> <p>Conselho de Administração: 9 membros (masculino)</p> <p>Conselho Fiscal: 5 membros (masculino)</p> <p>Diretoria: 4 membros – 3 (masculino) e 1 (feminino)</p>
ii.	<p>número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça</p> <p>Conselho de Administração: 9 membros (cor branca)</p> <p>Conselho Fiscal: 5 membros (cor branca)</p> <p>Diretoria: 4 membros (cor branca)</p>
iii.	<p>número total de pessoas com deficiência, caracterizada nos termos da legislação aplicável</p> <p>Conselho de Administração: 9 membros (não deficientes)</p> <p>Conselho Fiscal: 5 membros (não deficientes)</p> <p>Diretoria: 4 membros (não deficientes)</p>
iv.	<p>número total de membros agrupados por outros atributos de</p>

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

diversidade que o emissor entenda relevantes

Não aplicável

7.1.E OBJETIVOS ESPECÍFICOS INEXISTENTES

7.1.F NÃO APLICÁVEL

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	1	3	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	9	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	5	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	1	0	0	0
TOTAL = 19	1	18	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	4	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	9	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	5	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	1	0	0	0	0	0
TOTAL = 19	0	19	0	0	0	0	0

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Preferê não responder
Diretoria	0	4	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	9	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	5	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	1	0
TOTAL = 19	0	19	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 7.2 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

<p>a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração:</p> <p>A Diretoria Executiva se reporta diretamente ao Conselho de Administração.</p>
<p>b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</p> <p>O Conselho de Administração avalia o trabalho de auditoria independente nas revisões trimestrais das Demonstrações Financeiras – ITR, por meio do encaminhamento efetuado pela Diretoria Executiva.</p> <p>Além disso, nas apreciações das Demonstrações Financeiras anuais é reportado também o Relatório Circunstanciado dos auditores independentes, conjuntamente ao Relatório da Auditoria Independente.</p> <p>O emissor não utiliza de política de contratação de serviços de extra-auditoria.</p>
<p>c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração</p> <p>Não aplicável/Inexistentes</p>

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Permanente

Nome BRENO DO CARMO MOREIRA VIEIRA **CPF:** 046.784.029-69 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogado **Data de Nascimento:** 11/10/1983

Experiência Profissional: Atuação como advogado no escritório de advocacia Schneider, Pugliese, com a indicação de experiência nas seguintes vertentes: "Experiência em contencioso tributário estratégico, marcadamente em casos na 3ª instância; atuação na área de relações institucionais junto ao Executivo, Legislativo e Judiciário Estaduais e Federal; Atuação como conselheiro Titular do CARF (1ª e 3ª Seções); Chefe de Representação de Estado no Distrito Federal; Membro de Comitê de Auditoria, inscrito no Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2025	ATÉ A AGO 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		29/04/2025	Sim	27/02/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome BRUNO BATISTA SILVA **CPF:** 011.810.451-93 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Técnico em Gestão Pública **Data de Nascimento:** 29/06/1985

Experiência Profissional: Diretor-Executivo de Liquidação de Estatais do Estado de Goiás, conforme Decreto sn de 19/01/2022, publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás em 20/01/2022.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	31/03/2026	Indeterminado	Outros Diretores	Liquidante	31/03/2026		31/03/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

Nome DANIEL GARCIA DE OLIVEIRA **CPF:** 723.707.501-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogado **Data de Nascimento:** 31/08/1985

Experiência Profissional: Advogado e Procurador do Estado de Goiás.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	29/04/2025	Até a AGO de 2027	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		29/04/2025	Sim	29/04/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

Nome DAVID AIRES LESTE **CPF:** 043.978.286-44 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogado e Contador **Data de Nascimento:** 07/01/1979

Experiência Profissional: Advogado associado ao escritório de advocacia Rolim, Viotti, Goulart, Cardoso Advogados, Escritório dedicado ao direito Empresarial, com atendimento a empresas dos segmentos de Energia Elétrica, Telecomunicações, Siderurgia, entre outros. (2003 a 2012). Assessor jurídico da Saga Consulting, Empresa de Consultoria e Contabilidade, com atendimento a empresas de diversos portes e seguimentos (2013) Sócio do Escritório de Advocacia Aires e Leão Sociedade de Advogados, Advocacia e consultoria com atendimento a empresas de diversos portes e seguimentos (2018 ao presente).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2025	Até a AGO de 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		29/04/2025	Sim	02/06/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome DÉBORA DE SOUZA MORSCH **CPF:** 393.791.320-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheira Eletricista **Data de Nascimento:** 25/05/1960

Experiência Profissional: Sócia em empresa de gestão de ativos imobiliários, 2003 até a presente data.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	29/04/2025	Até a AGO de 2027	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas		29/04/2025	Não	29/04/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

Nome DIONIZIO JERONIMO ALVES **CPF:** 082.849.031-72 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Contador **Data de Nascimento:** 04/12/1953

Experiência Profissional: Contador. Atuou como Contador Geral Celg Distribuição S.A. – Celg D de 1998 a 2018. Profissional com vasta experiência no Setor Elétrico, especificamente as de natureza contábil, tributária e regulatória.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2025	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		29/04/2025	Sim	30/04/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome ENIO LANDIM DANTAS **CPF:** 787.511.521-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogado **Data de Nascimento:** 08/01/1976

Experiência Profissional: Advogado e eletrotécnico de carreira na Celgpar.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2025	ATÉ A AGO 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		29/04/2025	Não	28/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

Nome LEANDRO NEVES DE OLIVEIRA BANDO **CPF:** 865.622.311-91 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador. **Data de Nascimento:** 01/10/1979

Experiência Profissional: Especialista em Gestão de Telecomunicações na Telecomunicações Brasileiras S.A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2025	ATÉ A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		29/04/2025	Não	30/04/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome LEONARDO LOPES SAAD **CPF:** 004.082.856-56 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Eletricista **Data de Nascimento:** 11/05/1974

Experiência Profissional: Atualmente ocupa o cargo Subsecretario de Prioridades Governamentais e Captação de Recursos 2020, vinculado ao Secretário Geral de Governo do Estado de Goiás. Detentor do título acadêmico em Master of Business Administration (MBA), Executive Program (2017-2018), além do curso superior em Engenharia. Experiência de mais de 20 anos na Gestão em Telecomunicações, Gerenciamento de Negócios em empresas, com ênfase no resultado do negócio e foco no cliente, planejamento, implementação de projetos de rede móvel de ponta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2025	ATÉ A AGO 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		29/04/2025	Sim	11/03/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MARCIO CESAR PEREIRA **CPF:** 280.033.338-30 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro de Produção **Data de Nascimento:** 12/07/1974

Experiência Profissional: Engenheiro de Produção com MBA em Administração de Empresas, com extensa experiência no mercado de telecomunicações e em Administração Pública. Atualmente ocupa o cargo de Secretário de Estado de Desenvolvimento e Inovação de Goiás.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	29/04/2025	ATÉ A AGO 2027	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		29/04/2025	Sim	11/03/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MARCOS TADEU DE ANDRADE **CPF:** 599.061.891-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Auditor de Controle Interno **Data de Nascimento:** 02/01/1973

Experiência Profissional: Bacharel em Ciências Contábeis, pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AEUDF). Especialista em Auditoria Interna e Externa, pela AEUDF. Especialista, em nível de MBA, em Auditoria Interna, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Auditor de Controle Interno da Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF); Ocupou, no GDF, 08 cargos de Diretor Adjunto do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU), Diretor-Geral do DFtrans, Controlador Adjunto da Controladoria-Geral do Distrito Federal, Subcontrolador de Controle Interno da Controladoria-Geral do Distrito Federal, dentre outros; No Governo do Estado de Goiás ocupou os cargos de Chefe de Gabinete e de Subcontrolador de Controle Interno e correição. No Governo Federal ocupou o cargo de Auditor-Chefe da Fundação Nacional de Saúde, dentre outros.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	29/04/2025	Até a AGO 2027	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		29/04/2025	Sim	29/04/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

Nome RAFAEL DE SOUZA MORSCH **CPF:** 012.184.570-23 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 27/11/1990

Experiência Profissional: Sócio e Diretor de Pesquisa em empresa de gestão de ativos imobiliários - 2010 até a presente data.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	29/04/2025	Até a AGO de 2027	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		29/04/2025	Não	29/04/2025

Condenações:

Tipo de Condenação Descrição da Condenação

Nome RENATO RODRIGUES DE LYRA **CPF:** 016.677.037-06 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro Eletricista **Data de Nascimento:** 31/12/1973

Experiência Profissional: Head de Compliance em Segurança da Informação;Gerente de Programa, Gerente de Planejamento;Gerente de Projetos.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2025	Até a AGO de 2027	Vice Presidente Cons. de Administração		29/04/2025	Sim	24/01/2023

Condenações:

Tipo de Condenação Descrição da Condenação
N/A

Nome SAVIO DE FARIA CARAM ZUQUIM **CPF:** 334.281.231-15 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogado **Data de Nascimento:** 25/10/1965

Experiência Profissional: Advogado. Conselheiro de Administração na CEB Holding – Companhia Energética de Brasília (2015). Presidente do Conselho de Administração na CEB Holding – Companhia Energética de Brasília (2017). Assessor jurídico e consultor no âmbito do Direito Público e Legislação do Setor Elétrico.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	29/04/2025	Até a AGO de 2027	Presidente do Conselho de Administração		29/04/2025	Sim	30/04/2021

Condenações:

Tipo de Condenação

Descrição da Condenação

N/A

7.4 Composição dos comitês

Nome: CAMILA DA SILVA CARMO **CPF:** 024.218.961-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Assessora de Gabinete **Data de Nascimento:** 16/11/1987

Experiência Profissional:

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	03/10/2025	ATÉ A AGO DE 2027	Comitê de Elegibilidade		03/10/2025	03/10/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: CAMILO LUIS DE CAMARGOS FRANÇA **CPF:** 014.299.411-11 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Farmacêutico e Bioquímico com Especialização em Gestão de Pessoas **Data de Nascimento:** 19/03/1986

Experiência Profissional: Gerente de Recursos Humanos da Celgpar

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Vice Presidente do Comitê	04/07/2025	ATÉ A AGO 2027	Comitê de Elegibilidade		04/07/2025	22/05/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

Nome: CRISTIANO BIANCHI DE OLIVEIRA **CPF:** 918.813.906-91 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Eletricista e de Telecomunicações **Data de Nascimento:** 01/06/1973

Experiência Profissional: Consultor do Setor Elétrico e de Telecomunicações.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Presidente do Comitê	03/10/2025	ATÉ A AGO DE 2027	Comitê de Elegibilidade		03/10/2025	03/10/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Relações familiares inexistentes.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2024**Administrador do Emissor**

BRUNO BATISTA SILVA

Diretor-Executivo de Liquidação de Estatais do Estado de Goiás.

011.810.451-93

N/A

Subordinação

Brasileiro(a) - Brasil

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

Diretor-Executivo de Liquidação de Estatais do Estado de Goiás.

01.409.580/0001-38

N/A

Brasileiro(a) - Brasil

Observação

7.7 Acordos/seguros de administradores

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 7.7 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

ACORDOS/SEGUROS DE ADMINISTRADORES

Nos termos do art. 95 do Estatuto Social, a Celgpar mantém contrato de seguro de responsabilidade civil em favor dos Administradores, na forma e extensão definidas pelo Conselho de Administração, para cobertura das despesas processuais e honorários advocatícios em processos judiciais e administrativos instaurados, seguro D&O.

7.8 Outras informações relevantes

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 7.7 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

OUTRAS INFORMAÇÕES

INEXISTENTES.

8.1 Política ou prática de remuneração

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 8.1 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

POLÍTICA OU PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E NÃO ESTATUTÁRIA, DO CONSELHO FISCAL, DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS E DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO, ABORDANDO OS SEGUINTE ASPECTOS:

A remuneração destinada aos componentes da Diretoria, Conselho de Administração, e Conselho Fiscal é fixa, inexistindo parcela variável.

a. objetivos da política ou prática de remuneração:

A Celgpar não adota política de remuneração específica, sendo esta delineada no seu Estatuto Social e em linha com o Plano de Carreira e Remuneração da Companhia.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

A Celgpar não adota política de remuneração.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

A Celgpar não adota política de remuneração.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

A Celgpar não adota política de remuneração.

iv. razões que justificam a composição da remuneração:

A Celgpar não adota política de remuneração.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

A Celgpar não adota política de remuneração.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

A Celgpar não adota política de remuneração.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:

A Celgpar não adota política de remuneração.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

A Celgpar não adota política de remuneração.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

A Celgpar não adota política de remuneração.

8.2 Remuneração total por órgão**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	4	5	18,00
Nº de membros remunerados	9	4	5	18,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	663.082,92	3.243.487,84	368.880,35	4.275.451,11
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	663.082,92	3.243.487,84	368.880,35	4.275.451,11

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	4	6	19,00
Nº de membros remunerados	9	4	5	18,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	595.303,99	2.446.164,75	343.929,15	3.385.397,89
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	595.303,99	2.446.164,75	343.929,15	3.385.397,89

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	3	7	19,00
Nº de membros remunerados	9	3	5	17,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	736.105,74	2.351.592,23	408.947,64	3.496.645,61
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	736.105,74	2.351.592,23	408.947,64	3.496.645,61

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	4	5	18,00
Nº de membros remunerados	0	0	0	0,00
Esclarecimento	Inexiste remuneração variável.	Inexiste Remuneração Variável.	Inexiste Remuneração Variável.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	4	6	19,00
Nº de membros remunerados	0	0	0	0,00
Esclarecimento	A Celgpar não tem política de remuneração variável.	A Celgpar não tem política de remuneração variável.	A Celgpar não tem política de remuneração variável.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	3	7	19,00
Nº de membros remunerados	0	0	0	0,00
Esclarecimento	Inexiste pagamento de remuneração variável no âmbito dos órgãos de governança da Companhia.	Inexiste pagamento de remuneração variável no âmbito dos órgãos de governança da Companhia.	Inexiste pagamento de remuneração variável no âmbito dos órgãos de governança da Companhia.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 8.4 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES

A remuneração destinada aos componentes da Diretoria, Conselho de Administração, e Conselho Fiscal é fixa, inexistindo plano de remuneração baseado em ações.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)**Exercício Social: 31/12/2024**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	4	5	18,00
Nº de membros remunerados	0	0	0	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	N/A	N/A	0,00
Esclarecimento	Inexiste Remuneração baseada em ações.	Inexiste Remuneração baseada em ações.	Inexiste Remuneração baseada em ações.	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	4	6	19,00
Nº de membros remunerados	0	0	0	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	N/A	N/A	0,00
Esclarecimento	A Celgpar não tem política de remuneração baseada em ações.	A Celgpar não tem política de remuneração baseada em ações.	A Celgpar não tem política de remuneração baseada em ações.	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	3	7	19,00
Nº de membros remunerados	0	0	0	0,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	N/A	N/A	0,00
Esclarecimento	Inexiste remuneração baseada em ações no âmbito das instâncias de governança da Companhia.	Inexiste remuneração baseada em ações no âmbito das instâncias de governança da Companhia.	Inexiste remuneração baseada em ações no âmbito das instâncias de governança da Companhia.	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.6 Outorga de opções de compra de ações

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 8.6 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

OUTORGA DE OPÇÕES E COMPRAS DE AÇÕES

Não aplicável.

8.7 Opções em aberto

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 8.7 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

OPÇÕES EM ABERTO

Não aplicável.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 8.8 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

EM RELAÇÃO ÀS OPÇÕES EXERCIDAS RELATIVAS À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS

Não aplicável.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 8.9 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES, SOB A FORMA DE AÇÕES A SEREM ENTREGUES DIRETAMENTE AOS BENEFICIÁRIOS, RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Não aplicável.

8.10 Outorga de ações

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 8.10 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

**EM RELAÇÃO À CADA OUTORGA DE AÇÕES REALIZADA NOS 3
ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E PREVISTAS PARA O EXERCÍCIO
SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA
DIRETORIA ESTATUTÁRIA**

Não aplicável.

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	9,00	4,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00
Nº de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento	Inexistem ações entregues.	Inexistem ações entregues.	Inexistem ações entregues.

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	9,00	4,00	6,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00
Nº de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento	Inexistiram ações entregues a título de remuneração.	Inexistiram ações entregues a título de remuneração.	Inexistiram ações entregues a título de remuneração.

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	9,00	3,00	7,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00
Nº de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento	Inexistem ações entregues no âmbito dos órgãos de governança da Companhia.	Inexistem ações entregues no âmbito dos órgãos de governança da Companhia.	Inexistem ações entregues no âmbito dos órgãos de governança da Companhia.

8.12 Precificação das ações/opções

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 8.12 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A
COMPREENSÃO DOS DADOS DIVULGADOS NOS ITENS 8.5 A 8.11, TAL
COMO A EXPLICAÇÃO DO MÉTODO DE PRECIFICAÇÃO DO VALOR DAS
AÇÕES E DAS OPÇÕES**

Não aplicável.

8.13 Participações detidas por órgão**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR
ITEM 8.13 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

INFORMAR A QUANTIDADE DE AÇÕES, COTAS E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS CONVERSÍVEIS EM AÇÕES OU COTAS, EMITIDOS, NO BRASIL OU NO EXTERIOR, PELO EMISSOR, SEUS CONTROLADORES DIRETOS OU INDIRETOS, SOCIEDADES CONTROLADAS OU SOB CONTROLE COMUM, QUE SEJAM DETIDAS POR MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL

Os Dados solicitados neste quesito encontram-se alocados na tabela subsequente.

DISCRIMINAÇÃO	NÚMERO DE AÇÕES ORDINÁRIAS NA CELGPAR
Conselheiros de Administração	243
Diretores	0
Conselheiros Fiscais	1.200
S O M A	1.443

8.14 Planos de previdência

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 8.14 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

PLANOS DE PREVIDÊNCIA

Planos de Previdência **INEXISTENTES** para o Conselho de Administração e Diretoria.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	4	4	3	9	9	9	5	6	7
Nº de membros remunerados	4	4	3	9	9	9	5	5	5
Valor da maior remuneraçãoReal	55.825,70	69.985,20	51.673,64	5.552,57	5.838,48	5.167,36	5.552,57	5.383,48	5.167,36
Valor da menor remuneraçãoReal	55.825,70	69.895,20	51.673,64	5.552,57	5.838,48	5.167,36	5.552,57	5.383,48	5.167,36
Valor médio da remuneraçãoReal	55.825,70	69.895,20	51.673,64	5.527,57	5.838,48	5.167,36	5.552,57	5.383,48	5.167,36

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 8.16 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO/INDENIZAÇÃO

Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

INEXISTENTE.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 8.17 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

PERCENTUAL PARTES RELACIONADAS NA REMUNERAÇÃO

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

INEXISTENTE.

8.18 Remuneração - Outras funções

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGP ITEM 8.18 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

REMUNERAÇÃO – OUTRAS FUNÇÕES

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.
INEXISTENTE.

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Remuneração para outras funções inexistente para o exercício social de 2025, 2024, 2023 e 2022.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGP ITEM 8.19 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

REMUNERAÇÃO RECONHECIDA DO CONTROLADOR/CONTROLADA

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

INEXISTENTE.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)**31/12/2025****Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor**

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	5.552,57	5.552,57	55.825,70	66.930,84
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	
---------------------------------------	--

31/12/2024

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

31/12/2023

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

31/12/2022

A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

8.20 Outras informações relevantes

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 8.20 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Não aplicável.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	007706		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
CONVICTA AUDITORES INDEPENDENTES S/S LTDA	Juridica	03.061.922/0001-05	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
11/11/2021	11/11/2021		
Descrição dos serviços prestados			
Serviços de Auditoria das Demonstrações Financeiras Intermediárias e Anuais da Celgpar. Serviços de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias da Celgpar.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Valor anual de R\$106.535,30 (cento e seis mil, quinhentos e trinta e cinco reais e trinta centavos), subdivididos em quatro parcelas iguais.			
Justificativa da substituição			
Rodízio de auditoria 5 anos			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
na			

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGP ITEM 9.3 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

INDEPENDÊNCIA E CONFLITO DE INTERESSES DOS AUDITORES

Conforme informação prestada no Relatório da Administração do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, e em conformidade com a Resolução CVM nº. 23, de 25.02.2021, a CELGP esclarece que a empresa de auditoria externa Convicta Auditores Independentes S/S não prestou serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras. Desta forma está preservada a independência para a execução das atividades, inexistindo conflitos de interesses dos auditores independentes.

9.4 Outras informações relevantes

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 9.4 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Não aplicável.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Liderança	5	13	0	0	0
Não-liderança	25	70	0	0	0
TOTAL = 113	30	83	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

Há um esclarecimento do DRI para os dados informados em 'prefere não responder': No levantamento efetuado pela Celgpar para o exercício de 2024, não houve a segregação entre empregados que se consideram pretos e/ou pardos.

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Liderança	0	0	0	0	0	0	18
Não-liderança	0	0	0	0	0	0	95
TOTAL = 113	0	0	0	0	0	0	113

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	2	12	4
Não-liderança	12	59	24
TOTAL = 113	14	71	28

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Preferê não responder
Liderança	0	18	0
Não-liderança	4	91	0
TOTAL = 113	4	109	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	18	0	0	0
Não-liderança	0	0	95	0	0	0
TOTAL = 113	0	0	113	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

Há um esclarecimento do DRI para os dados informados em 'prefere não responder': Não foi realizado enquete com os empregados em 2024, objetivando a obtenção dos dados.

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	30	83	0	0	0
Sudeste	0	0	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 113	30	83	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

Há um esclarecimento do DRI para os dados informados em 'prefere não responder': Não foi proporcionalizado por região.

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	113
Sudeste	0	0	0	0	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 113	0	0	0	0	0	0	113

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	14	71	28
Sudeste	0	0	0
Sul	0	0	0
Exterior	0	0	0
TOTAL = 113	14	71	28

10.1 Descrição dos recursos humanos

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGP ITEM 10.1 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DESCRIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DO EMISSOR – PRINCIPAIS INDICADORES:

Indicadores Sociais Internos			
Informações Gerais	2023	2024	AH 2023 X 2024
Número total de empregados	112	113	0,89%
Empregados até 30 anos de idade (%)	3,57%	5,31%	48,74%
Empregados com idade entre 31 e 40 anos (%)	36,61%	34,51%	-5,73%
Empregados com idade entre 41 e 50 anos (%)	35,71%	34,51%	-3,35%
Empregados com idade superior a 50 anos (%)	24,11%	25,66%	6,44%
Número de mulheres em relação ao total de empregados (%)	21,43%	22,12%	3,22%
Mulheres em cargos gerenciais – em relação ao total de cargos gerenciais (%)	20,00%	18,75%	-6,25%
Empregadas negras (pretas e pardas) – em relação ao total de empregados (%)	3,57%	3,54%	-0,85%
Empregados negros (pretos e pardos) – em relação ao total de empregados (%)	27,68%	29,20%	5,50%
Empregados(a) negros (pretos e pardos) em cargos gerenciais em relação ao total de cargos gerenciais %	26,67%	25,00%	-6,26%
Estagiários em relação ao total de empregados (%)	8,93%	6,19%	-30,68%
Empregados com deficiência	2	4	100,00%
Indicadores Sociais Internos			
Remuneração, benefícios e carreira	2023	2024	
Benefícios	3.760.863,43	4.029.301,90	7,14%
Educação	325.230,04	387.045,79	19,01%
Alimentação	2.345.637,28	2.390.339,77	1,91%
Transporte	31.509,28	44.361,65	40,79%
Saúde	725.806,67	809.740,45	11,56%
Segurança e medicina do trabalho	93.357,59	98.907,14	5,94%
Capacitação e desenvolvimento profissional	60.877,46	95.701,35	57,20%
Creches ou auxílio-creches	152.914,81	157.747,79	3,16%
Outros (especifique)			
Seguro de Vida	25.530,30	39.746,02	55,68%
Categorias (salário médio no ano corrente) – R\$			
Analista de gestão	14.005,33	14.690,16	4,89%
Analista técnico	12.853,26	13.465,76	4,77%
Assistente de gestão	4.658,98	4.901,24	5,20%
Técnico em operações	5.937,51	6.180,70	4,10%
Assistente de operações	5.924,27	6.466,00	9,14%
Diretor	30.215,54	30.549,84	1,11%
Assessor Especial	16.555,01	16.556,58	0,01%
Assessor de Gabinete	7.581,32	7.444,27	-1,81%
Indicadores Sociais Internos			
Saúde e segurança no trabalho	2023	2024	
Média de horas extras por empregado/ano	19,04	23,55	23,71%
Indicadores Sociais Internos			
Desenvolvimento profissional	2023	2024	
Perfil da escolaridade - discriminar, em percentagem, em relação ao total dos empregados			
- Ensino médio	7,14%	8,85%	23,94%
- Ensino técnico	8,04%	7,96%	-0,94%
- Ensino superior	42,86%	42,48%	-0,89%
- Pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado)	41,96%	40,71%	-2,98%
Valor investido em desenvolvimento profissional e educação	60.877,46	95.701,35	57,20%
Média de horas de treinamento por ano, por empregado, discriminadas por categoria funcional.			
Analista de gestão	68,19	10,53	-84,56%
Analista técnico	69,12	24,92	-63,95%
Assistente de gestão	98,83	28,43	-71,23%
Técnico em operações	42,45	9,52	-77,58%
Assistente de operações	56,00	0,00	-100,00%
Diretor	22,50	4,00	-82,22%
Assessor especial	78,97	18,46	-76,62%
Assessor de gabinete	81,16	6,55	-91,93%
Indicadores Sociais Internos			
Comportamento frente a demissões	2023	2024	
Taxa de rotatividade	71,43	3,10	-95,66%
Indicadores Sociais Internos			
Preparação para a aposentadoria	2023	2024	
Investimentos em previdência complementar	404.424,10	0,00	-100,00%

10.2 Alterações relevantes

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 10.2 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

ALTERAÇÕES RELEVANTES

- a. As alterações no número de empregados, especificamente a partir de 07 de fevereiro de 2022, dizem respeito à incorporação aos quadros da Celgpar de 87 colaboradores transferidos da sua anterior Controlada Celg Transmissão S.A. – Celg T.
- b. Ocorreu alteração relevante em relação aos indicadores relacionados aos treinamentos, haja vista a presença de 49 (quarenta e nove) empregados efetivos cedidos para os diversos órgãos do Estado de Goiás e, desta forma, não foram computados eventuais treinamentos efetuados por esses empregados nestas condições.
- c. Ocorreu alteração relevante em relação aos investimentos em previdência complementar, haja vista a concretização da retirada de patrocínio, efetuado pela CELGPAR, no âmbito da Eletra Fundação de Previdência Complementar.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGP ITEM 10.3 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

A. POLÍTICA DE SALÁRIOS E REMUNERAÇÃO VARIÁVEL / B. POLÍTICA DE BENEFÍCIOS:

Os componentes do Sistema de Remuneração adotados pelo emissor são compostos pelos seguintes itens, instituídos pelo seu Plano de Carreira e Remuneração - PCR:

- Salário base para cargos de nível médio e nível superior;
- Gratificação adicional por tempo de serviço, correspondente a 1% (um por cento) calculado sobre o salário base do empregado, paga mensalmente, para cada ano de efetivo exercício nas Companhias, limitada a 35 (trinta e cinco) anuênios;
- Gratificação de função, correspondente ao valor adicional pago mensal e temporariamente aos empregados, pelo exercício de funções gerenciais, de assessoria ou secretariado;
- Inexistem políticas de remuneração variável, bem como planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores;
- A remuneração dos cargos de diretoria é fixada em Assembleia Geral, na forma constante dos Estatutos das Companhias.

Os principais benefícios e vantagens, constantes no Plano de Carreira e Remuneração das Companhias, são os seguintes, aplicáveis de maneira equânime a todos os empregados:

- Abono complementar a auxílio doença;
- Auxílio refeição/alimentação;
- Bonificação de férias;
- Ajuda de custo (quebra de caixa);
- Antecipação do 13º salário;
- Aviso prévio especial;
- Abono complementar ao auxílio do acidente de trabalho;
- Concessão de uniforme;
- Estabilidade provisória;
- Falta justificada;
- Falta justificada para estudante;
- Gratificação de interinidade;
- Incentivo para instrutor técnico;
- Habitação (alojamento quando aplicável);
- Licença para tratar de assuntos particulares;
- Licença para tratamento de saúde dos dependentes;
- Licença gala;
- Licença nojo;
- Plano de saúde;
- Transporte compartilhado;
- Prêmio aposentadoria;
- Remuneração por serviços extraordinários;
- Seguro de vida em grupo;
- Auxílio creche e/ou pré-escola;
- Previdência complementar.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

C. CARACTERÍSTICAS DOS PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES DOS EMPREGADOS NÃO-ADMINISTRADORES

Não aplicável, pois inexistem planos de remuneração baseados em ações.

D. RAZÃO ENTRE (I) A MAIOR REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL (CONSIDERANDO A COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO COM TODOS OS ITENS DESCRITOS NO CAMPO 8.2.D) RECONHECIDA NO RESULTADO DO EMISSOR NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, INCLUINDO A REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO, SE FOR O CASO; E (II) A MEDIANA DA REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL DOS EMPREGADOS DO EMISSOR NO BRASIL, DESCONSIDERANDO-SE A MAIOR REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL, CONFORME RECONHECIDA EM SEU RESULTADO NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL

- (I) Maior remuneração individual = R\$55.825,70
Menor remuneração individual = R\$1.816,91
Razão = 30,73

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
55.825,70	13.578,67	4,11
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 10.4 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

RELAÇÕES ENTRE EMISSOR E SINDICATOS

O Sindicato que representa os empregados da Companhia é o STIUEG (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de Goiás). A Administração mantém o seu posicionamento, e entende que a relação com o respectivo Sindicato segue os preceitos da legalidade e mantém constantes negociações no sentido de se obter o êxito e equilíbrio econômico-financeiro necessários ao atendimento dos pleitos da categoria, principalmente os concernentes aos respectivos Acordos Coletivos de Trabalho (ACT). Não ocorreram paralisações e greves os últimos 3 (três) exercícios sociais.

10.5 Outras informações relevantes

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 10.5 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Não aplicável.

11.1 Regras, políticas e práticas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 11.1 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

DESCREVER AS REGRAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS DO EMISSOR QUANTO À REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS, CONFORME DEFINIDAS PELAS REGRAS CONTÁBEIS QUE TRATAM DESSE ASSUNTO, INDICANDO, QUANDO HOUVER UMA POLÍTICA FORMAL ADOTADA PELO EMISSOR, O ÓRGÃO RESPONSÁVEL POR SUA APROVAÇÃO, DATA DA APROVAÇÃO E, CASO O EMISSOR DIVULGUE A POLÍTICA, LOCAIS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES ONDE O DOCUMENTO PODE SER CONSULTADO

- 1) Regras, políticas e práticas quanto à realização de transações com parte relacionadas: Descritas formalmente na Política de Transações com Partes Relacionadas da Celgpar;
- 2) Órgão responsável pela aprovação: Conselho de Administração na sua 183ª Reunião, ocorrida em 23.03.2023;
- 3) A Política de Transações com Partes Relacionadas está disponível na rede mundial de computadores:
<https://celgpar.com/Uploads/Editor/file/LeiTransparencia/Governan%C3%A7a/20230323%20%2003%20%20Politic%20de%20Trans%20co m%20Partes%20Relacion%20Celgpar%20Juceg%2021%20%2027.pdf>

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A.	31/12/2024	4.596.110,49	4.596.110,49	4596110,49	Não aplicável.	
Relação com o emissor	Controlada em Conjunto.					
Objeto contrato	Dividendos					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Não aplicável					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.	31/12/2024	790.435,67	790.435,67	790435,67	Não aplicável	0
Relação com o emissor	Subsidiária Integral.					
Objeto contrato	Dividendos					
Garantia e seguros	Não aplicável.					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Não aplicável					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
FIRMINÓPOLIS TRANSMISSÃO S.A.	31/12/2024	828.689,47	828.689,47	828689,47	Não aplicável	0
Relação com o emissor	Subsidiária Integral.					
Objeto contrato	Dividendos					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Não aplicável					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
PANTANAL TRANSMISSÃO S.A.	31/12/2024	1.024.595,96	1.024.595,96	1024595,96	Não aplicável	0
Relação com o emissor	Coligada.					
Objeto contrato	Dividendos.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Não aplicável					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR
ITEM 11.2 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

COM EXCEÇÃO DAS OPERAÇÕES QUE SE ENQUADREM NAS HIPÓTESES DO ART. 3º, II, “A”, “B” E “C”, DO ANEXO F, INFORMAR, EM RELAÇÃO ÀS TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS QUE, SEGUNDO AS NORMAS CONTÁBEIS, DEVAM SER DIVULGADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS OU CONSOLIDADAS DO EMISSOR E QUE TENHAM SIDO CELEBRADAS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL OU ESTEJAM EM VIGOR NO EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE:

Não aplicável.

11.3 Outras informações relevantes

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 11.3 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Não aplicável.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
17/08/2023	30	602.350.701,85
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
79.676.502	0	79.676.502

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 12.2 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

EMISSORES ESTRANGEIROS – DIREITOS E REGRAS

Não aplicável.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos no Brasil.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos que não sejam ações ordinárias.

12.5 Mercados de negociação no Brasil

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 12.5 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

MERCADOS BRASILEIROS NOS QUAIS VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR SÃO ADMITIDOS À NEGOCIAÇÃO

B³ S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sucessora da BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não negocia ações em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não promoveu a emissão de títulos no exterior nos 3 (três) últimos anos.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 12.8 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

DESTINAÇÃO DE RECURSOS DE OFERTAS PÚBLICAS

Não aplicável.

12.9 Outras informações relevantes

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 12.9 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

DESTINAÇÃO DE RECURSOS DE OFERTAS PÚBLICAS

Não aplicável.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Bruno Batista Silva	Diretor Presidente/Relações com Investidores	Alterado	Alteracao - Nomeação do liquidante ocorrida na 217ª Reunião do Conselho de Administração, de 31/03/2026.

13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores**COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR
ITEM 13.1 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA****DECLARAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL**

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário:

- a) Bruno Batista Silva - Liquidante.

O diretor acima qualificado declara que:

- a. Reviu o Formulário de Referência;
- b. Todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao dispositivos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, especificamente os contidos na Resolução CVM nº 80/2022 (em especial os artigos 15 a 20); e
- c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
Bruno Batista Silva	Diretor Presidente

Histórico dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Versão do FRE Entregue
José Fernando Navarrete Pena e Gustavo Mendanha Melo	Diretor Presidente/Relações com Investidores	V1 - V3
Adriano da Rocha Lima e Luiz Evandro Leite	Diretor Presidente/Relações com Investidores	V4 - V9
Adriano da Rocha Lima	Diretor Presidente	V4 - V9

13.2 Declaração do diretor presidente

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES CELGPAR ITEM 13.1 – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

DECLARAÇÃO DO LIQUIDANTE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário:

- Bruno Batista Silva - Liquidante.

O diretor acima qualificado, declara que:

- a. Reviu o Formulário de Referência;
- b. Todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao dispositivos da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, especificamente os contidos na Resolução CVM nº 80/2022 (em especial os artigos 15 a 20); e
- c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.